MONSANTO VS AGRICULTORES NORTE-AMERICANOS

Relatório do Centro para Segurança Alimentar

Tradução Terra de Direitos <www.terradedireitos.org>

2005

O Centro para Segurança Alimentar (CSA) é uma organização nacional, sem fins lucrativos que trabalha para proteger a saúde humana e o meio ambiente, colocando um freio no uso de tecnologias nocivas de produção de alimentos, e através da promoção de formas orgânicas e outros tipos de agricultura sustentável.

Associação e informações adicionais sobre o CSA em www.centerforfoodsafety.org ou escrevendo para office@centerforfoodsafety.org .

Sede
660 Pennsylvania Ave., SE, Suíte 32
Washington DC 20003

Escritório na Califórnia
1009 General Kennedy Ave, #2
San Francisco, CA 94129

Texto ©, Centro para Segurança Alimentar
Esse livro somente pode ser reimpresso com objetivos educacionais se o Centro para Segurança Alimentar for creditado como autor único.

AGRADECIMENTOS

Monsanto VS Agricultores Norte-Americanos não poderia ter sido completado sem o trabalho e a dedicação de várias pessoas, entre elas Kiki Hubbard, Ellen Kittredge, Craig Culp, Peter DiMauro, Steve Blackburn, Maggie Douglas, Jessica Dowling, Jillian Drewes, Kristin Grote, Joel Perkovich, Henry Steinberg e Jessica Kagele. Somos especialmente gratos aos muitos agricultores e advogados que, não só estiveram disponíveis, mas compartilharam suas histórias e forneceram grande parte da informação que tornaram esse relatório possível. Foram as suas histórias de perseverança frente aos processos injustos e impiedosos que serviram como inspiração para embarcarmos nesse projeto.

O Centro para Segurança Alimentar gostaria de agradecer especialmente a CornerStone Campaign pelo apoio generoso que possibilitou todo o projeto. O CSA também gostaria de agradecer a John Merk Fund, Panta Rhea Foundation e Zimmerman Foundation pelo apoio contínuo que deu assistência à finalização desse empreendimento.

Andrew Kimbrell **Joseph Mendelson**

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....5

1 ASSUMINDO CONTROLE:.....9
Modificando geneticamente as principais colheitas norte-americanas.....10
Encurralando o mercado.....12
A monsanto entra na farra das patentes.....13
Controle através dos contratos.....17
Culpa pela contaminação.....17

2 NOVA PESTE INVASORA.....22
Depositando o ônus de mercado no agricultor.....23
Abstendo-se da culpa por espalhar material genético patenteado.....25
Ligando os agricultores permanentemente a monsanto.....25
Ruptura de acordo geralmente termina em falência.....26

3 PROCESSANDO AGRICULTORES NORTE-AMERICANOS.....28
Investigações.....28
A ação judicial.....38

4 LUTANDO CONTRA A MONSANTO.....49
Contaminações.....50
Agricultores que sem saberplantaram e/ou venderam sementes da Monsanto...56
Agricultores que nunca assinaram um acordo tecnologico, mas guardaram sementes 57
Agricultores que assinaram o acordo tecnológio e guardaram sementes.....61
Perspectiva.....62

5 OPÇÕES EM POLÍTICAS.....65
Links.....72

PREFÁCIO

Em maio de 2003, o Centro para Segurança Alimentar embarcou num projeto para determinar a extensão do impacto sofrido pelos agricultores norte-americanos com os litígios causados pelo uso de sementes geneticamente modificadas patenteadas. Após longas pesquisas e várias entrevistas com agricultores e advogados, o CSA descobriu que a Monsanto, empresa líder mundial em biotecnologia agrícola, tem usado de investigações severas e perseguições impiedosas que mudaram fundamentalmente o modo de plantio de muitos agricultores norte-americanos. O resultado tem sido nada menos do que uma agressão às origens das práticas agrícolas e tradições que existem há séculos nesse país e há milênios em todo o mundo, inclusive uma das mais antigas, o direito de guardar e replantar sementes.

A posição da Monsanto como líder no campo da biotecnologia agrícola e o seu sucesso em vincular contratualmente os agricultores às sementes geneticamente modificadas, é resultado do esforço orquestrado em controlar as patentes de tecnologia em engenharia genética, o idioplasma das sementes, e uso das sementes geneticamente modificadas pelos agricultores. A Monsanto inicia o processo de controle das práticas dos agricultores fazendo-os assinar o acordo tecnológico da companhia na compra das sementes patenteadas. Esse acordo permite que a Monsanto conduza investigações de propriedade, expõe os agricultores a enormes compromissos financeiros, amarra o agricultor à supervisão da Monsanto por muitos anos, e inclui uma variedade de outras condições que tem efetivamente definido quais os direitos que um agricultor tem e não tem ao plantar, colher e vender sementes geneticamente modificadas.

De forma genérica os esforços da Monsanto em processar agricultores podem ser divididos em três estágios: investigação dos agricultores, acordos fora do tribunal, e litígio

contra aqueles agricultores que a Monsanto acredita estarem quebrando contratos ou envolvidos em violação de patentes. A Monsanto admite estar investigando agressivamente agricultores dos quais suspeita de violações, e evidências sugerem que os números chegam aos milhares. Segundo agricultores entrevistados pelo CSA, essas investigações freqüentemente levam ao segundo estágio: pressão da Monsanto para que eles façam um acordo fora dos tribunais, de somas não reveladas, e outros termos acertados em acordos confidenciais.

Para alguns agricultores a investigação da Monsanto terminará nos tribunais. Até agora a Monsanto iniciou 90 processos contra agricultores norte-americanos. Os processos envolvem 147 agricultores e 39 pequenas empresas ou empresas agrícolas, e foram direcionados para agricultores residindo em metade dos estados dos EUA. Os agricultores estão em clara desvantagem: a Monsanto tem um orçamento anual de 10 milhões de dólares e uma equipe de 75 pessoas dedicadas exclusivamente a investigar e processar agricultores.

A maior sentença dada até agora em favor da Monsanto, como resultado de uma ação contra um agricultor, é de US$3.052.800,00. O valor total das sentenças registradas a favor da Monsanto é de US$ 15.253.602,82. Os agricultores já pagaram em média US$ 412.259,54 em sentenças registradas.

Apesar de chocantes, esses números não contam a história toda. Muitos agricultores precisam pagar taxas adicionais para advogados e tribunais, e muitas vezes são até forçados a pagar os custos da investigação que a Monsanto fez sobre eles. Os valores monetários finais dos 90 processos pesquisados pelo CSA não estão disponíveis, já que a maioria dos acordos é confidencial.

Nenhum agricultor está a salvo do alcance da Monsanto. Agricultores foram processados após suas plantações terem sido contaminadas pelo pólen ou por sementes de outras plantações geneticamente modificadas; quando sementes geneticamente modificadas de uma safra do ano anterior germinaram, ou "brotaram espontaneamente" em plantações de variedades não-transgênicas, no ano seguinte; e quando eles nunca assinaram o acordo tecnológico da Monsanto mas mesmo assim plantaram as sementes patenteadas. Nesses casos, por causa do modo que a lei de patentes tem sido aplicada, os agricultores podem ser legalmente responsabilizados. Parece não importar se o uso foi involuntário ou se nenhum contrato foi assinado.

Desde a introdução das sementes geneticamente modificadas, a agricultura para milhares de agricultores norte-americanos foi fundamentalmente alterada; eles foram forçados a entrar num território perigoso e inexplorado, e descobriram que estão levando a pior. Já que um número crescente de agricultores passa a ser perseguido, investigado e processado pela Monsanto, por conta de supostas violações das suas patentes de sementes e acordos tecnológicos, maior pressão precisará existir para reverter as políticas governamentais que estão permitindo essa perseguição. As políticas incluiriam proibição local e estadual ou moratória das plantações de transgênicos; retificação da Lei de Patentes para que as plantas geneticamente modificadas não sejam mais patenteáveis, que guardar sementes não seja considerado violação de patente; e legislar para evitar que os agricultores sejam responsabilizados pela violação de patentes através da poluição biológica. A implementação dessas e outras opções, discutidas em maior profundidade nesse relatório, é crucial. Nada menos do que o futuro dos agricultores norte-americanos e das comunidades agrícolas está em jogo.

A MONSANTO É RESPONSÁVEL PELO PREDOMÍNIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS EM NOSSO MEIO-AMBIENTE NA ATUALIDADE.

1 ASSUMINDO CONTROLE:

O caminho da Monsanto no domínio das colheitas biotecnológicas e da agricultura dos EUA.

A introdução das colheitas geneticamente modificadas confrontou os agricultores com uma grande quantidade de novos desafios e problemas, inclusive a perda de mercados de exportação, novos contratos complexos de compra de sementes, e litígio e perseguição vigorosa por empresas por causa de violações de patentes. É realmente uma nova era, na qual os agricultores norte-americanos estão sendo processados e perseguidos por fazer o que sempre fizeram; na qual está sendo declarada uma guerra pela maneira que os agricultores usam suas sementes e conduzem sua agricultura. E na liderança do ataque aos agricultores está a multibilionária Monsanto Company.

Operando fora da sua sede no subúrbio de Creve Coeur, em St. Louis, a Monsanto tem equipes de cientistas trabalhando no desenvolvimento de novas sementes geneticamente modificadas. Somente esse ano a Monsanto investiu mais do que 85% do seu orçamento de pesquisa e desenvolvimento em sementes, genomas e biotecnologia, um investimento total de mais do que US$430 milhões.[1]

Contudo, a dominação da biotecnologia da Monsanto, até agora, tem pouco a ver com qualquer beneficio econômico ou ambiental que advenha aos usuários da tecnologia. O fator mais importante do sucesso da Monsanto é a sua habilidade em controlar a adoção da sua tecnologia patenteada. Para garantir seu papel de líder industrial no campo da biotecnologia, a Monsanto empregou três táticas principais: comprou ou se fundiu com a maioria das maiores companhias de sementes para ganhar um importante nível de controle sobre o idioplasma das

sementes; adquiriu uma variedade de patentes, tanto em técnicas de engenharia genética e variedades de sementes transgênicas, assim dominando o mercado dos transgênicos; e tem exigido que qualquer agricultor que compre suas sementes assine primeiro um acordo que proíbe guardar sementes, por conseguinte, obrigando o agricultor a recomprar a semente da Monsanto a cada ano. Essas táticas proporcionaram a essa empresa um controle sem precedentes sobre a venda e o uso de sementes nos Estados Unidos.

Por causa das patentes da Monsanto, quando qualquer colheita não transgênica se contamina com traços geneticamente modificados, essa colheita se torna efetivamente propriedade da Monsanto.

O domínio da Monsanto através dessas três principais táticas é amparado pelo importante fato até agora usado pela Monsanto em vantagem própria: as plantas tendem naturalmente a se reproduzir através da dispersão do pólen e das sementes e, no processo, podem polinizar outras plantas. A Monsanto tendo patentes das características e das sementes geneticamente modificadas, quando colheitas não transgênicas se contaminam com características patenteadas, a colheita contaminada se torna efetivamente propriedade da Monsanto, mesmo para aqueles agricultores que não compraram ou conscientemente utilizaram a tecnologia patenteada da Monsanto. De acordo com o comentário feito em 2001 por Don Westfall, consultor da indústria de alimentos biotecnológicos: "A esperança da indústria é que daqui a algum tempo o mercado esteja tão saturado que não há nada que se possa fazer. Você apenas se entrega." [2] A soma desses fatores permitiu à Monsanto influenciar os agricultores norte-americanos e o destino da agricultura norte-americana de maneira anteriormente inimaginável.

MODIFICANDO GENETICAMENTE AS PRINCIPAIS COLHEITAS NORTE-AMERICANAS

A pesquisa da Monsanto levou ao desenvolvimento dos dois principais tipos de colheitas geneticamente modificadas utilizadas no mundo hoje: tolerantes aos herbicidas e resistentes aos insetos. As colheitas resistentes aos herbicidas da Monsanto são projetadas para suportar aplicações de Roundup, o herbicida mais popular da Monsanto. Desde a introdução das colheitas resistentes aos herbicidas nos Estados Unidos, nove anos atrás, a utilização de herbicidas aumentou em 138 milhões de libras[3]. As variedades resistentes aos insetos são

projetadas de modo que uma toxina, normalmente produzida por uma bactéria de ocorrência normal chamada *Bacillus thuringiensis* (Bt), seja produzida pela planta através da inserção do gene da toxina. A toxina Bt é eficiente para matar borboletas, traças e besouros mediante ingestão. O Bt é um dos mais eficientes pesticidas naturais existentes para agricultura orgânica. Um plantio muito difundido de colheitas Bt poderia levar ao aumento da resistência nas populações das pragas, e ameaçar reduzir a eficácia desse pesticida natural para todos os usuários.

O primeiro plantio comercial da soja tolerante ao herbicida Roundup Ready, da Monsanto, ocorreu em 1996. Logo após, a Monsanto comercializou algodão e canola Roundup Ready, e variedades Bt de milho, algodão e batatas. Atualmente existem apenas quatro principais culturas transgênicas comercializados nos Estados Unidos e Canadá: soja, algodão, milho e canola. A predominância dessas colheitas já é evidente nos EUA: em 2004 essa tecnologia foi responsável por 85% de todo o plantio de soja dos EUA, 45% de todo o plantio de milho e 76% de todo o plantio de algodão[4]. Em 2003, 84% do plantio de canola nos EUA era de transgênicos.[5]

O QUE É UMA PATENTE?

Em geral uma patente é a garantia do governo de um monopólio temporário sobre uma certa invenção, geralmente por um período de até 20 anos. Durante esse tempo o detentor da patente pode excluir todos os outros de fazer, utilizar ou vender a invenção. Inventores que são os primeiros a fazer alguma invenção original (seja algo revolucionário, ou mais freqüentemente, apenas a melhoria de algo já existente) podem requerer uma patente com o governo dos EUA, mas precisam passar por critérios bastante rigorosos. As leis domésticas de um país regulam as patentes, entretanto essas leis podem ser afetadas por leis internacionais e tratados. Nos EUA, para uma invenção ser patenteada, ela tem que ser nova e não pode ser óbvia para as pessoas que trabalham no campo pertinente à invenção. Além disso, a invenção precisa ser total e claramente descrita, para que assim qualquer pessoa que trabalhe no campo pertinente possa reproduzir a coisa patenteada. Desse modo o público ganha conhecimento de algo que não saberia de outro modo. Em retorno, a possibilidade de um monopólio temporário é um incentivo para que o inventor revele a invenção.

ENCURRALANDO O MERCADO

Enquanto outras companhias de biotecnologia desenvolveram variedades de colheitas geneticamente modificadas para expressar características parecidas com aquelas desenvolvidas pela Monsanto, as variedades da Monsanto têm sido as mais bem sucedidas no mercado. Esse sucesso se deve grandemente à agressiva aquisição de companhias de sementes pela Monsanto. Entre 1996 e 1998, a Monsanto desenvolveu a estratégia de comprar ou estabelecer parcerias com a maioria das maiores companhias de sementes internacionais e dos EUA, incluindo a Calgene, Inc.; Asgrow Agronomics, Asgrow and Stine See, Agracetus, Holden's Foundation Seeds, Inc.; Delta and Pine Land, Monsoy (uma companhia brasileira de soja), filiais internacionais de sementes da Cargil (com operações na Ásia, África, Europa, América do Sul e Central), Plant Breeding International, e DeKalb Genetics (a segunda maior companhia de sementes do mundo). A única das grandes companhias de sementes que a Monsanto não conseguiu comprar foi a Pioneer Hi-Bred. Entretanto, a Monsanto já tinha um relacionamento com a companhia, que se iniciou quando ela vendeu para a Pioneer os direitos de uso dos genes da Monsanto para as características da soja Roundup Ready e milho Bt.

A Monsanto fornece a tecnologia de sementes para 90% dos transgênicos do mundo

No final dos dois anos dessa farra de compras a Monsanto tornou-se a segunda maior companhia de sementes (atrás da Pioneer Hi-Bred) e a maior vendedora de sementes geneticamente modificadas do mundo. Em anos recentes a Monsanto forneceu a tecnologia de sementes para pelo menos 90% das plantas transgênicas do mundo.[6] A companhia também controla, direta ou indiretamente quase metade do mercado norte-americano de idioplasma e a maior parte do mercado de soja.[7]

A domínio do mercado de sementes pela Monsanto tem tornado difícil encontrar variedades convencionais de alta qualidade de alguns tipos das principais colheitas.

Um método empregado pela Monsanto para aumentar as vendas das suas variedades de

soja geneticamente modificada tem sido o de ter exigências especificas em relação a qualquer companhia que queira vender a semente Roudup Ready da Monsanto: essas companhias (freqüentemente pertencentes ou indiretamente controladas pela Monsanto) tinham que concordar que 90% das vendas da soja tolerante ao herbicida conteriam a tecnologia patenteada da Monsanto. Essa exigência mais tarde caiu para 70%, após a Monsanto entrar no escrutínio dos fiscais do governo.[8] Através desse tipo de propriedade e controle das companhias de sementes, a Monsanto tem conseguido garantir que a competição permaneça pequena e que suas variedades de colheitas geneticamente modificadas patenteadas sejam as mais facilmente disponíveis para o agricultor norte-americano.

Com seu domínio sobre o mercado norte-americano de sementes, a Monsanto colocou os agricultores entre a cruz e a espada. Para muitos agricultores em todo o país tem sido difícil, se não impossível, encontrar sementes de variedades convencionais de qualidade, de milho, soja e algodão. Para piorar as coisas, o foco das pesquisas das universidades agrárias está mudando, da produção de novas variedades convencionais de sementes, para aplicações biotecnológicas. A pesquisa sobre colheitas convencionais agora é mínima, e patentes substituíram a propriedade pública dessas novas variedades.

Pesquisa sobre colheitas convencionais está diminuindo, e patentes substituíram a propriedade pública das novas variedades.

Enquanto se torna difícil encontrar estatísticas sobre a disponibilidade de sementes convencionais, evidências ridículas parecem sugerir que as variedades de sementes geneticamente modificadas da Monsanto têm efetivamente empurrado outras variedades de sementes para fora do mercado. O plantador de soja de Indiana, Troy Roush afirma: "Você não pode nem mesmo comprá-las nesse mercado. Não estão disponíveis." [9] Um agricultor de Arkansas concorda: "Está se tornando cada vez mais difícil encontrar sementes (de soja) convencionais."[10] Um plantador de algodão do Texas relata da mesma forma: "Praticamente o único tipo de semente de algodão que você consegue achar atualmente é geneticamente modificado. Da mesma forma com as variedades de milho. Não existem muitas sementes disponíveis que não sejam geneticamente alteradas de alguma forma."[11]

A MONSANTO ENTRA NA FARRA DAS PATENTES

As patentes norte-americanas dadas a Monsanto pelas suas "invenções" cobrem não só as

seqüências únicas de genes usadas para criar um organismo geneticamente modificado, mas também as sementes e plantas. Já que as patentes apenas reconhecem a troca e o uso de sementes se uma licença for dada antes pelo detentor da patente, os agricultores que possuem sementes patenteadas estão proibidos por lei de guardá-las para uso no ano seguinte, revogando basicamente um direito que tem sido central para a agricultura por mais do que 10.000 anos. [12]

A Monsanto atualmente detém 647 patentes de plantas biotecnológicas, mais do que qualquer outra companhia de biotecnologia.

Como resultado da legislação da Suprema Corte e do Departamento de Patentes e Marcas Registradas dos EUA (U.S.PTO) sobre patentes da vida, a Monsanto conseguiu solicitar patentes de todas as suas novas técnicas de engenharia genética e variedades de sementes geneticamente modificadas. Assim, através dos anos 80 e início dos anos 90, a Monsanto construiu ativamente sua capacidade de engenharia genética, e foi cuidadosa para, no caminho, patentear suas técnicas e produtos recém descobertos, sendo o primeiro uma petúnia desenvolvida em 1983. A flor foi produzida usando a Agrobacterium tumefaciens, uma bactéria que age como engenheira genética. Um ano mais tarde, a Monsanto mandou um pedido ao departamento de patentes dos EUA, requerendo propriedade de um importante mecanismo genético encontrado no vírus mosaico da couve-flor, e que serve para ativar genes. Esse mecanismo, o promotor $_{35}$S, é uma das mais importantes ferramentas da caixa de ferramentas de qualquer engenheiro genético. Quando a Monsanto finalmente ganhou a patente pelo promotor, ganhou a capacidade de controlar seu uso por outras companhias de biotecnologia, forçando-as a pagar muito por ele.[13]

A Monsanto atualmente detém 647 patentes de plantas biotecnológicas, mais do que qualquer outra companhia de biotecnologia, e tem uma participação de 29,82% em toda a pesquisa e desenvolvimento da indústria biotecnológica.[14]

PATENTEANDO A VIDA: UM RESUMO

Nas das últimas duas décadas, desenvolvimentos rápidos em biotecnologia têm levado as companhias a dependerem cada vez mais das proteções de patentes e a brigarem para expandir as fronteiras do que pode ser patenteado. Historicamente, entretanto, as formas de vida foram excluídas das leis de patentes baseando-se na crença comum de que seriam criações da natureza, não invenções humanas.

Com a promulgação da Lei de Patentes (PPA) em 1930, ambas casas do Congresso rejeitaram a idéia de que plantas reproduzidas sexualmente deveriam estar sujeitas a proteção das patentes. Novamente em 1968 foi derrubada uma proposta de emenda ao PPA que estenderia as aplicações das patentes incluindo plantas sexualmente reprodutivas. Após essa derrota, entretanto, o Congresso decidiu que alguma forma de proteção deveria ser garantida para essas plantas. Em 1970 o Congresso decretou a Lei de Proteção as Variedades de Plantas (PVPA), uma forma alternativa de proteção das variedades de plantas, para plantas reproduzidas sexualmente. A lei garante um período de 20 anos de proteção para a maioria das plantas, e garante ao dono a exclusividade de direitos de multiplicação e venda das sementes daquela variedade. [i] Sugestivamente, o Congresso criou duas exceções aos direitos garantidos pelo PVPA, que permitiriam aos pesquisadores usar variedades protegidas pelo PVPA para continuar a troca livre de idioplasma dentro a comunidade de pesquisa, e permitiria aos agricultores guardar as sementes patenteadas para o replantio.

A primeira patente da vida foi concedida em 1980, no caso que foi um marco divisório, *Diamond v. Chakrabarty,* no qual a Corte Suprema decretou, por uma margem de 5-4, que organismos vivos (nesse caso uma bactéria) poderiam ser patenteados. Essa decisão abriu caminho para que o Departamento de Patentes e Marcas Registradas dos EUA (U.S.PTO) decidisse em 1985, no caso *Ex parte Hibberd,* que plantas reproduzidas sexualmente são

---

[i] A seção 2483 da lei PVPA afirma: "Cada certificado de proteção das variedades de plantas deverá assegurar que o criador tenha o direito, durante o período da proteção dessa variedade de planta, de excluir outros de vender essa variedade, ou de oferecê-la para venda, ou de reproduzi-la, ou de importá-la, ou de exportá-la, ou de usá-la na produção de uma variedade diferente ou híbrida, logo, à extensão da lei. Lei "7 U.S.C. 2483.

patenteáveis. [ii] Seguindo essa decisão, o U.S.PTO começou a aceitar requisições de patentes

para tais plantas, apesar do fato de que o Congresso nunca tivesse dado ao U.S.PTO autoridade para dar patentes de utilidade pública para plantas sexualmente reproduzidas. Diferente das exceções estatutárias incluídas no PVPA, a patente de utilidade pública da planta permite aos seus detentores excluir outros de usar a variedade patenteada para pesquisa e objetivos agrícolas.

Em 2001 a decisão da Suprema Corte no caso *J.E.M Ag Supply v. Pioneer Hi-Bred International* defendeu as patentes de plantas, concluindo que já que o Congresso tinha errado em explicitamente excluir as plantas na provisão na Lei das Patentes que regula as patentes de utilidade, não havia motivo para que a extensão das patentes às plantas devesse ser vista como contrária às intenções do Congresso. [iii]

[ii] Ex parte Hibberd, 227 U.S.P.Q. 443 (Bd. Pat.App. & Interferences 1985). Ex parte Hibberd estabeleceu o direito aos criadores de plantas de patentear seus materiais sob a secção 101 da Lei das Patentes. Isso deu novas oportunidades e possibilidades aos criadores de plantas e empresas de sementes para protegerem seus produtos.

[iii] Ver *J.E.M Ag Supply, Inc. v. Pionner Hi-Bred Int'l, Inc.,* 534 U.S. 124, 127 (2001).

CONTROLE ATRAVÉS DOS CONTRATOS

O controle da Monsanto sobre o idioplasma, através da propriedade das companhias de sementes, e seu domínio sobre a tecnologia genética e de sementes através da aquisição de patentes, são apenas duas partes da explicação para o seu atual nível de influência sobre a agricultura dos EUA. A terceira parte do quebra-cabeça são os acordos tecnológicos que os agricultores precisam assinar quando compram sementes contendo tecnologia patenteada da Monsanto. Em resumo, esses acordos tecnológicos (que serão discutidos em maior detalhe a seguir) forçam os agricultores a comprar novas sementes a cada safra, ao invés de guardar e replantar as sementes conforme a antiga tradição agrícola.

Com esses acordos a Monsanto efetivamente consegue uma licença para controlar as sementes, mesmo depois que o agricultor as comprou, plantou e colheu. Esse nível de controle sem precedentes teve um impacto profundamente negativo no sustento de muitos agricultores norte-americanos. Agricultores que replantaram sementes guardadas da Monsanto, freqüentemente por ignorância dos termos rigorosos do acordo, encararam penalidades financeiras sérias, que levaram alguns a falência e tiraram outros do mercado. Outros agricultores que, conscientemente nunca plantaram sementes geneticamente modificadas, foram penalizados quando foi descoberto que suas sementes estavam contaminadas com material genético patenteado pela Monsanto.

CULPA PELA CONTAMINAÇÃO

A proliferação das colheitas biotecnológicas da Monsanto dentro da agricultora norte-americana causou impacto em milhares de agricultores, bem como a contaminação de colheitas não-biotecnológicas com características geneticamente modificadas afetou quase todas as principais colheitas comerciais nos Estados Unidos. É só olhar a extensiva contaminação do nosso suprimento de sementes tradicionais (*ver em Fontes de Contaminação)* ou o fiasco do milho StarLink (*ver em Poluição Biológica)* para ver quão difundido se tornou a contaminação. A economia agrícola dos EUA tem sofrido como um todo pelo desaparecimento de mercados estrangeiros devido à contaminação genética das safras convencionais de exportação.

Sob os contratos da Monsanto os agricultores não podem mais guardar suas sementes

para uso posterior, terminando com uma tradição agrícola de 10.000 anos.

O Departamento Norte-americano de Agricultura estima que os agricultores têm perdido US$ 300 milhões por ano devido à recusa dos mercados europeus em receber milho geneticamente modificado dos EUA.[15] Funcionários do setor de comércio do Departamento de Estado dos EUA acreditam que os Estados Unidos poderiam perder até 4 bilhões de dólares por ano em exportações agrícolas para a União Européia devido as recentes leis de rotulação e exigências de rastreabilidade da UE.[16] Em alguns lugares desse país e do Canadá, agricultores convencionais e orgânicos perderam mercados premium por terem sido forçados a vender colheitas contaminadas no fluxo das colheitas geneticamente modificadas.

A contaminação das colheitas é um problema sério que, até agora, a Monsanto tem apenas usado em vantagem própria.

FONTES DE CONTAMINAÇÃO

Para os agricultores, conseguir sementes para cultivo, que não tenham sido contaminadas por características geneticamente modificadas, tem se tornado cada vez mais difícil. Mesmo sementes certificadas terão muito freqüentemente algum conteúdo geneticamente modificado. No Canadá, um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Manitoba, testando 33 amostras de sementes certificadas de canola, descobriu que 32 delas estavam contaminadas. [iv] De modo parecido, nos Estados Unidos, a União dos Cientistas Preocupados testou um sortimento de sementes de milho, soja e canola, e descobriu que pelo menos 50% do milho, 50% da soja, e 83% da canola estavam contaminados com conteúdo geneticamente modificado.[v]

A contaminação do fornecimento de sementes tem se tornado tão comum que alguns grandes negociadores de sementes não querem certificar suas variedades de sementes não-transgênicas como livres de conteúdo geneticamente modificado. Uma carta assinada por Jerry Armstrong, vice-presidente da Pioneer Hi-Bred afirma o seguinte: "A Pioneer HiBred International, Inc, confirma que os seguintes produtos de soja foram desenvolvidos utilizando-se linhagens tradicionais de plantas sem o uso de técnicas de modificação genética molecular... Entretanto, características de grãos podem ser misturadas mecanicamente no processo de manejo dos grãos, ou geneticamente, no curso da polinização. Por conseguinte, 100% de pureza na composição genética, ou na ausência de material estranho no conteúdo, não é possível atualmente para qualquer produto agrícola, incluindo a semente de soja."

Para os agricultores que conseguem encontrar e plantar sementes livres de contaminação

---

[iv] LYLE, Friesen et al. *Evidence of contamination of pedigreed canola (Brassica napus) seedlots in Western Canadá with genetically engineered herbicide resistance traits.* Agronomy Journal 95, 1342-1347, 2003.

[v] Mellon, Margaret e J. Rissler. *Gone to seed: transgenic contaminants in the traditional seed supply.* Union of Concerned Cientists. Fev. 2004. Disponível em http://www.ucsusa.org/food_and_environment/biotechnology/page.cfm?pageID=1315

genética, o plantio ainda poderá se tornar infectado na época da colheita, quando sementes são derramadas ou espalhadas por caminhões que passam, ou são carregadas para dentro das fazendas por animais e pássaros. Adicionalmente, agricultores freqüentemente alugam ou compartilham equipamentos caros como máquinas de ceifar e debulhar, que muitas vezes contém restos de sementes da colheita anterior. Agricultores que guardam suas sementes tiveram experiências de contaminação ao levarem suas sementes não-transgênicas ao limpador de sementes local, ou para a descaroçadeira de algodão, e elas foram inadvertidamente misturadas com sementes transgênicas de outro agricultor. Com todas essas fontes de contaminação, não é de se admirar que tantos agricultores estão encontrando seus campos infectados por características geneticamente modificadas patenteadas.

O ACORDO DE TECNOLOGIA DA MONSANTO ABRE OS LIVROS E OS CAMPOS DOS AGRICULTORES PARA ESCRUTÍNIO E INVASÕES PRATICAMENTE SEM LIMITES.

2 NOVA PESTE INVASORA

O acordo tecnológico da Monsanto atinge os agricultores de forma brutal

O acordo tecnológico da Monsanto exige que os agricultores abandonem sua antiga prática de guardar sementes, uma prática decisiva, da qual depende a expansão da base idioplasmática na moderna agricultura. Através da experimentação e da seleção natural de novas variedades de plantas, os agricultores têm ajudado a prevenir a erosão genética ao garantir um fundo genético variado, do qual outros agricultores e criadores de plantas podem escolher. O uso comercial das sementes geneticamente modificadas patenteadas alterou dramaticamente esse papel histórico dos agricultores.

Além de assinar o acordo tecnológico, os agricultores são responsáveis por seguir as regras e procedimentos apresentados na publicação de 32 páginas, anexas ao contrato, o Guia de Uso Tecnológico da Monsanto. Nesses dois documentos, algumas cláusulas submetem os agricultores a invasões de privacidade e propriedade que tem levado a um número indeterminado de pretextos para infração de patentes. Certas cláusulas transferem compromissos financeiros associados à tecnologia patenteada da Monsanto, inclusive ônus de mercado e acidentes de contaminação, diretamente ao agricultor.

Ao assinarem o acordo tecnológico da Monsanto, os agricultores consentem com invasões significativas à sua propriedade privada e aos seus relatórios pessoais. O acordo permite que a Monsanto acesse relatórios referentes às atividades dos agricultores realizados por terceiros, como o governo norte-americano. Especificamente, o acordo permite que a Monsanto examine as informações do Departamento de Agricultura dos EUA (FSA) sobre as colheitas em qualquer área plantada pelo agricultor. O acesso aos formulários do FSA ajuda a Monsanto a determinar quantos sacos de semente foram vendidos para cada agricultor, e

quantos acres de uma certa colheita foram plantados. Esses dados também podem ser usados para identificar campos adjacentes pertencentes a vizinhos – que poderão ser alvos em potencial para as investigações da Monsanto – sem seu consentimento.

O invasivo acordo tecnológico da Monsanto permite acesso a praticamente qualquer documento, durante uma investigação sobre um agricultor.

Além disso, o acordo tecnológico contém uma cláusula ampla que dá acesso à Monsanto a praticamente qualquer documento, como parte da investigação sobre determinado agricultor. Especificamente, o acordo diz: "Permitir que a Monsanto examine e copie quaisquer dados e receitas que *poderiam ser relevantes* para a execução desse acordo pelo plantador."[17] (a ênfase foi acrescentada). A amplitude dessa cláusula permite à companhia obter documentos que não sejam necessariamente relacionados com a compra de sementes ou produtos químicos pelo agricultor, permitindo que a Monsanto acesse dados financeiros do plantador.

O Guia de Uso Tecnológico também tem cláusulas que permitem investigações de propriedade. Por exemplo, a cláusula abaixo está dirigida especificamente para plantadores de algodão:

> Se a Monsanto *acreditar com justa razão* que um plantador tenha plantado sementes de algodão guardadas, que contenham traços genéticos da Monsanto, a Monsanto exigirá a fatura, ou *estará confirmado* que os campos foram plantados com sementes recém compradas. Se essa informação não for fornecida em 30 dias, a Monsanto poderá inspecionar e testar todos os campos do plantador para determinar se foram plantadas sementes guardadas de algodão.[18] (*ênfase foi acrescentada)*

O acordo tecnológico também inclui um mecanismo de imposição para assegurar que os agricultores cumpram com os planos da Administração de Insetos Resistentes, também conhecidos como refúgios, exigidos pela Agência de Proteção Ambiental quando se planta colheitas geneticamente modificadas Bt. Esse mecanismo dá para a Monsanto ou ao seu agente substituto uma base adicional para entrar legalmente numa plantação.[19]

DEPOSITANDO O ÔNUS DE MERCADO NO AGRICULTOR

Devido ao ceticismo em relação às plantações geneticamente modificadas, vários países escolheram não aprovar para uso ou importação muitas variedades de sementes da Monsanto que são vendidas nos Estados Unidos. A Monsanto coloca o ônus de encontrar mercados para

as variedades de colheitas transgênicas "não aprovadas" diretamente sobre o agricultor. O acordo tecnológico afirma que o plantador concorda "em direcionar grãos produzidos de milho contendo características Roudup Ready e/ou YieldGard Rootworm (incluindo os estoques) para mercados apropriados, sendo isso necessário para evitar movimento para mercados dentro da União Européia (até edição das aprovações finais)." [20] O Guia de Uso Tecnológico fornece informação sobre como os plantadores podem canalizar suas colheitas para atacadistas de grãos que queiram aceitar colheitas não aprovadas na União Européia, mas não dá certeza de que existirão mercados para as colheitas geneticamente modificadas. [21]

TECNOLOGIA FALHA DA MONSANTO LEVA AGRICULTORES À JUSTIÇA

Os agricultores não apenas sofrem com a guerra legal da Monsanto, mas muitos também vivenciam falhas nas colheitas devido às deficiências das sementes geneticamente modificadas da Monsanto. Muitos desses agricultores entraram com ações legais contra a Monsanto, na tentativa de indenizar perdas financeiras substanciais. O algodão Bt tem sido um infrator freqüente, falhando em proteger contra a lagarta do algodão e a lagarta que come brotos, e forçando os agricultores a perder tempo e dinheiro. Além disso, essas colheitas têm sido caracterizadas por baixas taxas de germinação, produção menor do que as variedades convencionais, e gorgulhos menores no algodão, que tornam a colheita mais difícil. Centenas de agricultores que plantaram sementes de algodão Bt defeituosas foram representados em dois casos registrados contra a Monsanto em 1996: um caso ainda em curso, que representa mais de 100 agricultores; e um caso registrado em Louisiana, decidido em 1998, foi uma ação de classe nacional, representando todos os agricultores que plantaram algodão Bt em 1996. Em 1999, agricultores sofreram novamente com a baixa qualidade das colheitas de algodão Bt, e três processos foram movidos contra a Monsanto. Todos foram acertados fora do tribunal.

Falhas na soja geneticamente modificada também levaram agricultores aos tribunais. Em 1998 um caso foi registrado contra Jacob Hartz Seed Co., uma subsidiária da Monsanto, para indenizar quantias perdidas por plantar soja Roundup Ready com defeito. O requerente testemunhou que sua produção caiu de 34,97 para 7,27 alqueires/acre porque as sementes Roundup Ready estavam infectadas com o vírus mosaico da soja. Um juiz lhe concedeu 162.742,30 dólares de indenização pela perda devastadora na colheita.

ABSTENDO-SE DA CULPA POR ESPALHAR MATERIAL GENÉTICO PATENTEADO

O Guia de Uso Tecnológico da Monsanto reconhece que colheitas geneticamente modificadas são, por natureza, transportáveis da propriedade de um usuário para outra, através do pólen, ou através do movimento de sementes via animais ou equipamentos.: "já que o milho é uma colheita de polinização cruzada natural, uma quantidade mínima de movimentação de pólen (um pouco da qual pode carregar características geneticamente melhoradas) entre campos vizinhos é um acontecimento conhecido e normal na produção de sementes ou grãos de milho." [22] Esse fluxo de pólen e movimento de sementes representa uma ameaça econômica direta para agricultores que plantam colheitas não transgênicas. Mesmo assim o Guia de Uso Tecnológico provê implicitamente que plantadores que usam sementes geneticamente modificadas não têm obrigação de evitar a difusão de características genéticas patenteadas para terras vizinhas. O Guia de Uso Tecnológico afirma que plantadores de colheitas não transgênicas que certificam suas colheitas para mercados específicos "... assumem a responsabilidade e recebem os benefícios por assegurar que suas colheitas atendem... especificações de pureza." [23]

LIGANDO OS AGRICULTORES PERMANENTEMENTE A MONSANTO

Ao assinarem um acordo tecnológico, os agricultores estão presos à fiscalização da Monsanto. Um acordo atualizado é enviado para os agricultores a cada ano, e os agricultores que continuam usando a tecnologia da Monsanto após terem recebido novos termos, estão automaticamente concordando em estar amarrados aos novos termos.[24] Agricultores que param de usar sementes transgênicas da Monsanto enfrentam acusações de infração de patente, com a afirmação de que uma parte das sementes do ano anterior brota "espontaneamente" nos campos convertidos para variedades convencionais. Ao deixar essas brotações espontâneas crescerem, e ao colhê-las junto com o resto da plantação, poderia se considerar que os agricultores estivessem "usando" a tecnologia da Monsanto, apesar de não

terem comprado a semente da Monsanto naquele ano. Esse uso inadvertido, em combinação com o recebimento de um novo acordo tecnológico da Monsanto, poderia constituir aceitação tácita de quaisquer termos novos delineados no acordo, expondo assim o agricultor a processos por infração de patente.

RUPTURA DE ACORDO GERALMENTE TERMINA EM FALÊNCIA

O acordo tecnológico expõe o agricultor que compra sementes a um grande risco financeiro. Se o agricultor, em ultima análise, for considerado legalmente responsável por romper com os termos do acordo tecnológico, a falência não é um resultado incomum.[25] O acordo prevê que, se o plantador guarda, usa, vende ou compra sementes para plantar, violando o acordo, o plantador é responsável perante a Monsanto por infração de patente. Essa responsabilidade legal pode também levar o plantador a ter que pagar os custos com advogados e de cumprimento do acordo para a Monsanto e sua tecnologia licenciada[26].

Pedidos de falência de agricultores não são incomuns após uma vitória legal da Monsanto.

Além desses custos, o acordo tecnológico da Monsanto também coloca os agricultores numa desvantagem adicional, exigindo que a única e exclusiva jurisdição e foro para todas as disputas (exceto aquelas envolvendo algodão) seja o U.S. District Court for the Eastern District of Missouri, ou o Circuit Court of the County of St. Luis[27] - ambos na cidade sede da Monsanto. Agricultores fora do Missouri que são processados precisam não só lutar contra a equipe legal de uma grande corporação, mas também precisam encontrar um advogado fora do seu estado natal.

A MONSANTO NÃO ECONOMIZA NA INVESTIGAÇÃO E INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS DE AGRICULTORES, COMPROMETENDO SETENTA E CINCO FUNCIONÁRIOS E 10 MILHÕES DE DÓLARES NESSE AFÃ.

3 PROCESSANDO AGRICULTORES NORTE- AMERICANOS

Investigações da Monsanto, Acordos coercitivos e processos legais.

INVESTIGAÇÕES

O Processo

A Monsanto destinou recursos significativos para seus processos contra agricultores acusados de violação de patentes de sementes da companhia. Construiu um departamento com 75 funcionários e separou um recurso anual de 10 milhões para o objetivo único de investigar e processar agricultores por violação de patentes.[28] A Monsanto disponibilizou um número de telefone de ligação gratuita que permite que agricultores e comerciantes façam ligações confidenciais para relatar atividades suspeitas de "infração" de vizinhos e clientes. A companhia diz que recebe centenas de ligações e cartas a cada ano sobre esses casos em potencial de infração de patentes.[29] Se a Monsanto desconfia que alguém, por exemplo, esteja plantando sementes guardadas, irá contratar uma empresa privada de investigação, como a Robinson Investigations ou a Pinkerton, para ir ao encalço do agricultor.[30]

Em geral, as tentativas de instaurar processos da Monsanto podem ser divididas em três estágios: investigação de agricultores, acordos fora dos tribunais e litígio. Muito mais agricultores foram investigados do que processados pela Monsanto, mas descrever a esfera de ação total da perseguição de agricultores pela Monsanto é praticamente impossível. Todavia, pronunciamentos públicos e relatórios passados dão uma imagem real de intensa investigação de agricultores.

Em 1998 a Monsanto relatou numa entrevista à imprensa que havia 475 casos de violação

de patentes sendo investigados em todo o país, gerados a partir de 1800 indícios. [31] Em 1999, o *Washington Post* relatou que o número de investigações tinha chegado a 525 nos Estados Unidos e Canadá. [32] A Monsanto confirmou esse alto nível de atividade investigativa num artigo publicado em 2003: "A Monsanto examinou milhares de denúncias anônimas sobre plantadores pretensamente quebrando as regras, e prosseguirá com outros indícios assim que aparecerem." [33] Numa publicação de 2004 a Monsanto afirmou que: "Aproximadamente 600 casos novos de pirataria de sementes foram abertos em 2003." [34]

A Monsanto investiga pelo menos 500 agricultores a cada ano por possível violação de patente.

Mais recentemente, num artigo do *Omaha World-Herald*, de novembro de 2004, é mencionado que a Monsanto irá investigar 500 agricultores nesse ano, "assim como faz todos os anos". [35] A partir dessas fontes, pode-se especular que o número de agricultores que foram investigados chega aos milhares. O CSA falou com muitos agricultores que confirmaram as ações agressivas da Monsanto. Um agricultor contou ao CSA que ele foi um dos oito a serem investigados na sua comunidade, e dois outros disseram que estavam entre 25 que estavam sendo investigados nas suas comunidades. [36]

Investigações invasivas

Os investigadores particulares da Monsanto chegam sem avisar nas terras dos agricultores e pegam amostras dos campos, freqüentemente sem permissão, uma prática que tem instigado repetidas acusações de invasão de propriedade alheia. "Eles dizem que não transgridem – isso é besteira," contou um indivíduo ao CSA, explicando que os investigadores na sua cidade se fizeram passar por agrimensores, com objetivo de tirar fotos dos campos e das estradas dos agricultores. [37] Outro agricultor concorda: "não era difícil ver investigadores tirando fotos dos campos dos meus vizinhos." [38] Em 1997 a Monsanto fez uma tentativa de amenizar as preocupações dos agricultores sobre essas visitas tirando do Acordo de Plantação de Soja Roundup Ready de 1996 uma cláusula de inspeção dos campos que permitia o acesso da companhia aos campos dos seus clientes.[39] Como esse relatório vai mostrar, a retirada dessa cláusula não influenciou a conduta da Monsanto.

Evidências mostram que os investigadores passam, de algumas horas a algumas semanas, coletando amostras e outros dados das terras dos agricultores. Os agricultores muitas vezes se sentem como criminosos mesmo antes das acusações serem feitas, já que os investigadores

freqüentemente solicitam que a polícia local os escolte para dentro das propriedades. [40]

Agricultores perseguidos pela Monsanto freqüentemente se sentem como criminosos mesmo antes de acusações serem feitas.

A investigação mais invasiva que o CSA conhece envolve um agricultor do Mississipi que tem uma loja de material agrícola. Mitchell Scruggs percebeu que a Monsanto estava de olho nele quando notou investigadores em volta da sua loja. Scruggs conta que sua família não podia sair de casa, que era junto da loja, sem ter a sensação de estar sendo observados por câmeras de vigilância. A companhia chegou a ponto de comprar um terreno do outro lado da rua para ajudar na vigilância, e os investigadores vigiavam os clientes da loja de Scruggs de uma distância de apenas 500 pés. Os investigadores também importunaram os clientes, seguindo vários deles até em casa advertindo-os para que não comprassem de Scruggs. Um agricultor que foi seguido até em casa pelos investigadores confessou: "Sempre pensei que eles quisessem chegar nele através de mim." [41] Aviões e helicópteros freqüentemente passavam no céu, e Scruggs descobriu com as pessoas do aeroporto local, que eles eram alugados pela Monsanto para observar sua loja e as terras em volta. Com isso tudo, e mesmo que a presença dos investigadores fosse óbvia, eles nunca abordaram Scruggs diretamente. [42]

Enquanto que a experiência de Scruggs é uma prova das medidas extremas usadas pelos investigadores nos seus esforços para conseguir provas para as acusações da Monsanto, algumas vezes os investigadores têm sido até mais confrontadores. Enquanto trabalhava na sua loja, certo dia, Gary Rinehart foi abordado por dois homens com um grau de agressividade que lhe fez sentir como se eles "o estivessem algemando". Eles lhe perguntaram se ele era Gary Rinehart, se identificaram com cartões de visita e explicaram que estavam ali para acertar sobre sua plantação de soja. Rinehart descreveu um dos homens como sendo "falador", "veemente" e "metido a saber de tudo", e ficou envergonhado pela maneira que os homens o trataram em sua própria loja. [43] Segundo o advogado de Rinehart, ele pediu que os investigadores saíssem porque "seu comportamento hostil estava fazendo com que os clientes saíssem da loja." [44] Ironicamente Gary Rinehart nem é agricultor, os investigadores tinham perseguido o homem errado.

A EQUIPE LEGAL DA MONSANTO

Enquanto que a maioria dos agricultores é representada por um único advogado nos tribunais, a Monsanto contrata várias firmas de advocacia para cada caso registrado. Para casos registrados fora do Distrito de Missouri, a Monsanto contrata um advogado da área local do agricultor para servir como conselheiro local. As três firmas que aparecem mais freqüentemente nas reclamações contra agricultores são a Thompson Coburn, LLP, Hush & Eppenberger, LLC, e Frilot Partridge Kohnke & Clements. Advogados específicos mais freqüentemente incluem Joel E. Cape, Miles P. Clements e Wayne K. McNeil da Frilot Partridge, e Joseph C. Orlet, tanto da Thompson Coburn quanto da Hush & Eppenberger.

Na sua perseguição aos agricultores, a Monsanto tem se voltado às firmas de advocacia multimilionárias, "mundialmente famosas". No caso de Mitchell Scruggs – um dos únicos casos onde existem quase tantos advogados de defesa quanto advogados da Monsanto – a Monsanto contratou a firma de Arnold & Porter. [vi] A experiência em litígios em casos de patentes de biotecnologia é uma força incomum nos 700 advogados da equipe dessa firma. McFarling e Kem Ralph são dois agricultores que lutaram contra a Monsanto, e quando seus casos foram para recurso na Corte Federal, a Monsanto contratou o ex-procurador Geral dos EUA, Seth P. Waxman da Wilmer, Cutler & Pickering para processá-los.[vii]

[vi] Monsanto Co. v. Scruggs. 249 F. Supp. 2nd 746, 750 (N.D. Miss. 2001).

[vii] Monsanto Co. v. McFarling, 302 F.3d 1291, 198-1299 (Fed.Cir. 2002). 16 out 2002.

Um plantador de soja de Nebraska sentiu a conduta ameaçadora dos investigadores da Monsanto quando eles apareceram na sua propriedade. Quando o agricultor disse aos investigadores que iria para dentro fazer algumas ligações telefônicas, um dos homens parou na porta de entrada, fisicamente barrando o agricultor de entrar na sua própria casa.[45]

Às vezes as investigações da Monsanto envolvem ciladas. Em julho de 1998, um homem apareceu na fazenda do agricultor de Illinois, Eugene Stratemeyer e pediu para comprar algumas sementes de soja. Já que não era mais época de plantio, o homem explicou que queria plantar a soja para controlar a erosão. Stratemeyer concordou em lhe fazer esse favor, cobrando do homem apenas o valor da limpeza e empacotamento das sementes. Na verdade a Monsanto tinha contratado o sujeito para comprar as sementes de Stratemeyer, e logo depois entrou com um processo contra Stratemeyer no tribunal local. [46]

Os investigadores da Monsanto têm usado táticas ainda mais extremas para enganar. Numa tentativa de conseguir confiança local, um investigador participou de encontros dos Alcoólicos Anônimos (AA). Esse sujeito, que fez amizade com os membros do grupo de terapia, foi logo reconhecido como sendo um dos investigadores que tiravam fotos dos agricultores nos campos, e batiam nas portas desses mesmos agricultores com a notícia de que estavam sob investigação por guardar sementes patenteadas.[47]

Pela natureza agressiva dessas perseguições, não é de se surpreender que a Monsanto tem sido acusada de invasão. Um agricultor está "convencido" que investigadores invadiram seu escritório após encontrar provas de que alguém tinha mexido nos papéis na sua mesa, fechado as janelas e deixado recibos de compra de sementes na sua máquina de copiar. Ele também testemunhou investigadores se escondendo atrás de túmulos no cemitério próximo, filmando trabalhadores nos campos.[48]

EXEMPLO DE UMA CARTA DA MONSANTO A UM AGRICULTOR

FRILOT, PARTRIDGE, KONKE & CLEMENTS. L.C.

Advogados

Prezado Mr. Rinehart,

Essa firma de advocacia representa a Monsanto Company na proteção dos seus direitos de patente das sementes de soja Roundup Ready na safra de 2002. O plantio de sementes guardadas de soja Roundup Ready constitui uma violação das patentes, inclusive da patente U.S. 5.352.605 que a Monsanto possui sobre as características das sementes das colheitas genéticas Roudup Ready.

No sentido de resolver essas sérias acusações, necessito das seguintes informações:

1. Uma cópia completa e total dos seus registros do Departamento de Agricultora para a safra de 2002, incluindo especificamente o formulário FSA 578 Farm and Tract Detail Summary, e os mapas aéreos que o acompanham;

2. Uma cópia de todos os recibos de compra de sementes de soja para a safra de 2002; e

3. Uma cópia de todos os recibos de compra de cada herbicida comprado para aplicação no seu plantio de soja em 2002.

Através dessa carta a Monsanto também solicita seu consentimento para entrar nas suas lavouras de soja para inspecionar e coletar amostras da colheita de soja produzidas nessas lavouras. Compreendo que conseguir as informações solicitadas pode levar um certo tempo, assim sendo anexei uma autorização a essa carta, para sua execução, que permite a um representante da Monsanto recolher relatórios e lhe mandar cópias do que é coletado. Em qualquer caso, eu pediria que a informação solicitada fosse providenciada, ou que o consentimento anexado seja executado e retornado para mim em 5 dias a partir do recebimento desta carta.

Em caso de perguntas, não hesite em me contatar.

Atenciosamente

Joel E. Cape

EXEMPLO DE UMA ACUSAÇÃO LEGAL

UNITED STATES DISTRICT COURT

WESTERN DISTRICT OF LOUSIANA

MONROE DIVISION

MONSANTO COMPANY CIVIL ACTION NO_____

VERSUS

ELBERT DALLAS THOMASON

SARAH AYCOCK THOMASON

DAVID D. THOMASON, e

ARCHIBALD GIN CO., INC

……

ACUSAÇÃO

A Monsanto Company, requerente, traz essa acusação contra Ellbert Dallas Thomason ("Dallas Thomason), Sarah Aycock Thomason, David D. Thomason, e Archibald Gin Co., Inc ("Archibald Gin"), e como confirmação disso afirma o seguinte:

Partes

1.

A Monsanto Company é uma corporação de Delaware com seu local principal de negócios no estado de Missouri. A Monsanto é então uma cidadã de Delaware e de Missouri.

2.

Dallas Thomason é um indivíduo domiciliado no estado de Louisiana. Dallas Thomason é

então um cidadão de Louisiana.

Essas investigações não são apenas uma intromissão, elas muitas vezes produzem provas errôneas ou fabricadas. Quando a família Roush recebeu os resultados dos testes da Monsanto, das amostras tiradas dos seus campos em 1999, encontrou mapas feitos a mão das plantações nas quais a companhia afirmava ter coletado as amostras de soja Roundup Ready. Tinha entretanto uma grande falha nesse argumento: Em 1999, um dos campos onde a companhia afirmou que havia soja Roudup Ready, tinha na verdade milho plantado sob o contrato da Weaver Popcorn Company. "Pipoca e soja não se parecem nem um pouco," explicou Troy Roush. "Não havia soja naquele campo de maneira nenhuma." [49]

A experiência dos Roush não é única. A Monsanto contou ao agricultor de Arkansas, Ray Dawson, que tinha gastado acima de 250.000 dólares para contratar investigadores da Pinkerton para investigar a sua propriedade por três ou quatro semanas. A companhia aparentemente demitiu esses investigadores, bem como os advogados que inicialmente tinham sido contratados para cuidar do caso, porque eles não conseguiam encontrar provas de violação de patente. O segundo grupo de investigadores contratados pela Monsanto passou dois dias conduzindo a mesma inspeção, só que dessa vez afirmaram ter encontrado provas suficientes de violação.[50]

Acordos coercitivos

Acompanhando as investigações a Monsanto geralmente envia cartas registradas ameaçadoras para agricultores suspeitos de plantar ou vender sementes guardadas patenteadas. A carta geralmente pede que o agricultor pague uma certa soma em dinheiro para evitar procedimentos legais. Diante da coerção financeira, muitos agricultores acusados de violação de patente com base em provas ilusórias, decidiram fazer acordos fora dos tribunais em vez de encarar um processo caro e demorado.

Um agricultor contou que a Monsanto disse ter gastado 250.000 dólares investigando-o para não descobrir nada.

Pela natureza agressiva das cartas que os agricultores recebem, anunciando as acusações da Monsanto, é provável que muitos tenham sido obrigados, ou intimidados a fazer acordos fora dos tribunais, sendo inocentes ou não, para evitar ter que pagar honorários caros para advogados. Foi relatado que os investigadores e advogados da Monsanto se vangloriam do seu sucesso nos tribunais como modo de intimidar os agricultores a fazer acordos antes que a companhia comece com os procedimentos legais. [51] A ameaça mais comum que os agricultores relatam ter ouvido é de que a Monsanto iria "amarrá-los anos a fio nos tribunais" se escolhessem não fazer acordo. Gary Rinehart, o homem que a Monsanto perseguiu errôneamente, relembra a abordagem arrogante da Monsanto aos agricultores: "Quando eles (os investigadores) vieram aqui, se vangloriavam de todos os agricultores que tinham tirado do mercado." [52]

Inocentes ou não, muitos agricultores são coagidos a fazer acordos fora dos tribunais através das táticas duras da Monsanto.

Além de mandar cartas ameaçadoras aos agricultores, a Monsanto também distribui cartas listando os nomes dos agricultores proibidos de vender seus produtos a milhares de atacadistas de sementes a cada ano. Essas cartas freqüentemente pressionam os agricultores, que desejam manter seu direito de venda, a fazer acordos fora dos tribunais, independente da legitimidade da investigação da companhia. "É mais fácil render-se a eles do que lutar contra eles", disse um agricultor que ainda está restringido de usar os produtos da Monsanto como conseqüência da contestação às acusações da companhia no tribunal.[53]

Segundo relatos, muitos desses acordos com a Monsanto contém cláusulas severas que dão a Monsanto o direito de testar as colheitas do agricultor por um certo período de tempo, geralmente de 5 anos. Essas cláusulas também demandam que os agricultores apresentem documentos em 24 horas após a solicitação da Monsanto, comprem uma quantidade específica dos produtos da companhia, e revelem os nomes de outras pessoas que tenham guardado sementes da companhia. Os acordos são geralmente confidenciais.

A Monsanto afirma que fez acordos de milhões de dólares com agricultores desde 2000.

Em 1999 o *The Washington Post* relatou que em quase metade das 525 investigações da

companhia foram feitos acordos. [54] Enquanto essa é a única fonte publicamente disponível descrevendo acordos (anteriores as ações legais) resultantes das investigações sobre agricultores, a Monsanto afirma que desde 2000 fez acordos de milhões de dólares de indenização total. [55] Devido à natureza confidencial desses acordos, os valores exatos que os agricultores concordam em pagar para a Monsanto não estão disponíveis; mesmo assim, sabemos que um agricultor, Carlyle Price, de North Carolina, fez um acordo de US$ 1,5 milhão.[56] A companhia diz que não está buscando lucro nesses acordos, e afirma que os acordos são investidos em bolsas de estudo e outras iniciativas educacionais. Um porta-voz da Monsanto, Brian Hurley, relatou que qualquer dinheiro recebido pela companhia é doado para o American Farm Bureau para pagar bolsas de estudos, mas as evidências mostram que a companhia direciona apenas US$150.000 ao ano para a Fundação para Agricultura do Departamento Norte-americano de Agricultura na forma de bolsas de estudo.[57] Não se sabe para onde os milhões remanescentes são direcionados.

Alguns agricultores concordam em assinar um acordo que os obriga a comprar os produtos da Monsanto porque o negócio proposto estabelece uma multa menor nos acordos. Essa cláusula claramente exemplifica a meta da Monsanto de amarrar os agricultores às suas sementes e contratos. Entretanto, alguns agricultores se recusam a fazer acordos e se sujeitam a pagar as despesas com advogados e acordos mais altos buscando evitar compromisso com a Monsanto.[58]

Aqueles que não querem aceitar as exigências da Monsanto entram na fase mais agressiva dessas perseguições – a ação judicial.

A AÇÃO JUDICIAL

Como parte de um processo de pesquisa de muitos anos, o CSA coletou e analisou os vários processos judiciais que a Monsanto registrou contra agricultores norte-americanos. O que segue é um sumário de dados específicos, compilado com referência a esses processos. (Para informação detalhada referente aos processos ver Apêndice A: Ações judiciais registradas contra agricultores norte-americanos pela Monsanto). [59]

Gráfico:

Número de agricultores/empreendimentos processados por Estado

Copiar do original

1. Status dos processos movidos contra agricultores dos EUA

- A Monsanto moveu 90 ações judiciais baseadas em supostas violações do seu acordo de tecnologia e suas patentes em tecnologia de sementes geneticamente modificadas.[60]

- Esses casos envolvem 147 agricultores e 39 pequenas empresas de agronegócio.[61]

2. Número de processos ativos

- Em dezembro de 2004, 19 dos 90 casos registrados pela Monsanto contra agricultores estavam em andamento.

3. Processos movidos por região geográfica

- A Monsanto tem processado agricultores e pequenas empresas de agronegócio residentes em 25 estados diferentes.

As ações da Monsanto contra agricultores norte-americanos têm afetado agricultores em todo o país. Entretanto, 46 processos foram movidos na cidade sede da Monsanto, St. Louis, Mo. [62] A cláusula de seleção do fórum, contida no acordo tecnológico da Monsanto lhe dá essa vantagem.

- Dos 46 casos movidos no Eastern District of Missouri, apenas dois réus conseguiram mudar seus casos para outra jurisdição.[63]

4. Processos movidos por ano

Número de processos por ano

Gráfico – copiar do original

5. Informação sobre sentenças

Em muitos casos, o resultado final dos processos da Monsanto contra agricultores permanece desconhecido, pois os mesmos terminaram em acordos confidenciais que não podem ser revelados sem arriscar sanções futuras por parte do tribunal. Agricultores que quebram essa regra de confidência arriscam ter seu acordo anulado, e podem receber uma multa que é consideravelmente maior do que sua sentença.[64] Nos casos de sentenças com valores tornados públicos, os dados revelam uma quantidade de pagamentos razoáveis para a Monsanto. Em muitos casos, os valores indicados podem ser menores do que os pagamentos reais que os agricultores tiveram que fazer, porque podem não incluir taxas de peritos, juros, honorários advocatícios, custas de perícias nos campos, etc. Por exemplo, em *Monsanto Co et al v. Thomason et al,* que envolveu duas acusações, Monsanto Company e Delta Pine, os réus tiveram que pagar US$ 447.797,05 para a Monsanto e US$ 222.748,00 para a Delta Pine como indenização. Além disso, eles também tiveram que pagar US$279.741,00 de custos advocatícios para a Monsanto, US$ 57.469.13 em custos de despesas antecipadas, e US$ 75.545.83 pela perícia nos campos, bem como custos advocatícios para a Delta Pine de US$82.281,75 e US$5.801 em custos e adiantamento de despesas.[65]

Sentenças monetárias declaradas de agricultores são geralmente também declaradas como injunções permanentes. Agricultores com injunções são proibidos de comprar e/ou vender produtos da Monsanto.

- A maior sentença registrada em favor da Monsanto como resultado de um processo contra um agricultor é de US$ 3.052.800,00.
- O total registrado das sentenças concedido a Monsanto por esses processos chega a US$ 15.253.602,82.
- Para casos com sentenças registradas, os agricultores pagaram em média US$ 412.259,54.
- A média nos acordos é de US$75.000,00 com um mínimo de US$ 5.595,00 e um máximo de US$ 3.052.800,00.[66]

CASOS ORGANIZADOS DE ACORDO COM VALOR CONHECIDO DA SENTENÇA		
CASO	**COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**	**DATA**
Anderson, No. 4:01:CV-01749	3.052.800,00	04/06/03
Dawson, No. 98-CV-2004	2.586.325,00	19/12//01
Ralph, No. 02-MC-26	2.410.206,00	29/07/03
Roman, No 1:03-CV-00068	1.250.000,00	17/08/04
McAllister (S.B.D.,Inc.), No.02-CV-73	1.000.000,00	10/09/04
Eaton, No. 00-CV-435	866.880,00	11/10/01
Thomason, No. 97-CV-1454	447.797,05	20/08/01
Etheridge, No. 00-CV-1592	377.978,15	04/06/02
Morlan, No. 02-CV-77	353.773,00	03/03/04
Gainey, No. 03-CV-99	338.137,00	23/02/04
Rogers, No. 02-CV358	325.298,00	07/05/04
Trantham, No. 00-CV-2656	318.397,50	02/10/01
Schuler, No. 01-CV-1015	239.289,00	24/05/02
Godfredson, No. 99-CV-1691	175.000,00	20/6/01
Kelley, No. 4:2004cv01428	163.770.00	12/11/04
Lea, No.00-CV-37	140.665,00	27/05/02
White, No. 00-CV-1761	115.000,00	07/09/01
Tabor, No. 03-CV-1008	110.000,00	11/02/04
Styron, No. 1:98-CV-00654	100.000,00	15/03/99

Hartkamp, No. 6:00-CV-164	75.000,00	30/08/01
Robinson, No. 03-CV-00115	75.000,00	29/04/04
Snowden, No. 5:00-CV-00044	75.000,00	24/02/00
Britt, No. 02-CV-10	67.664,80	03/0802
Corbett, No. 03-CV-207	65.000,00	28/04/03
Harris, No. 01-CV-253	62.674,00	12/09/02
Hunt, No. 02-CV-11	61.150,00	23/12/02
Knackmus, No. 98-CV-261	50.000,00	17/08/98
Rogge, No. 4:01-CV-03295	48.720,00	25/04/02
Garbers, No. 99-CV-632	45.000,00	13/08/99
Moore, No. 99-CV-1195	44.000,00	07/02/01
Meekins, No. 02-CV-33	42.742,80	08/07/02
Meekins, No. 02-CV-32	41.795,60	09/04/02
Hicks, No. 03-CV-3249	41.753,75	12/08/04
Garrell, No. 01-CV-230	34.316,89	19/08/02
Timmerman, No. 02-CV-1631	30.000,00	12/06/03
Stratemeyer, No. 99-CV-1218	16.874,28	24/06/04
Bates, No. 97-CV-953	5.595,00	20/02/98

EXEMPLO DE UMA SENTENÇA FINAL

UNITED STATES DISTRICT COURT

EASTERN DISTRICT OF MISSOURI

EASTERN DIVISION

MONSANTO COMPANY

Requerente,

Vs.

RAY F. DAWSON, SR e

RAY DAWSON FARMS PARTNERSHIP

Réus,

AÇÃO CIVIL Nr. 4:98CV02004TCM

SENTENÇA FINAL CONSENTIDA

I. Partes e definições

A. O requerente é a Monsanto Company ("Monsanto"). A Monsanto é uma companhia organizada e existente sob as leis do Estado de Delaware com seu principal local de negócios sendo em St. Louis, Missouri. A Monsanto está autorizada a fazer, e está fazendo negócios em Missouri e nesse distrito judicial.

B. O réu Ray F. Dawson , Sr. é uma pessoa física que está envolvida com agricultora comercial e reside em Lexa, Arkansas.

C. O réu Ray Dawson Farms Partnership é uma empresa de Arkansas envolvida em agricultura comercial.

D. Réu, a não ser que seja declarado outro, se refere ao réu Ray F. Dawson, Sr. e ao réu Ray Dawson Farms Partnership.

E. "Pessoa" significa qualquer pessoa física ou entidade, e, sem limitar a generalidade do precedente, inclui pessoas físicas, associações, joint ventures, companhias limitadas, companhias, corporações, empresas, trusts, e empresas públicas.

II. Veredictos estipulados

Jurisdição sobre o assunto é conferida a esse tribunal conforme 28 U.S.C. § 1331, que uma ou mais reclamações da Monsanto sejam feitas sob as leis dos Estados Unidos, bem como 28 U.S.C. § 1338, concedendo jurisdição original aos tribunais distritais sobre qualquer ação civil referente a patentes. Além disso, esse tribunal tem jurisdição suplementar conforme o 28 U.S.C. § 1367 sobre todas as reclamações de litígio não federais da Monsanto, para que formem parte do mesmo caso ou controvérsia.

EXEMPLO DE UMA ORDEM JUDICIAL

UNITED STATES DISTRICT COURT

EASTERN DISTRICT OF MISSOURI

EASTERN DIVISION

MONSANTO COMPANY

Requerente,

Vs.

KEM RALPH, INDIVIDUALLY,

E RALPH BROTHERS FARMS

Réus,

AÇÃO CIVIL Nr. 4:98CV02004TCM

ORDEM

O requerente, Monsanto Company, entrou com uma Moção de Condução de Descoberta Limitada conforme as regras 26 e 34 do Código Civil e os réus não tem objeção, assim sendo é demandado através deste:

1. Assim que for possível, após a colheita feita pelos réus (mas não após sexta-feira, 1 de novembro de 2002), a Monsanto poderá obter amostras de tecido de plantas, resíduos da colheita, amostras do solo ou amostras de sementes de cada campo plantado pelo ou a favor dos réus durante a safra de 2002, bem como toda a colheita de soja e de sementes de algodão da safra de 2002 que estiver na posse ou controle dos réus na data dessa Ordem;

2. Os réus deverão identificar a localização de todos os plantios onde eles ou alguém sob sua direção ou controle tiver plantado algodão ou soja em 2002, identificar todas as instalações onde sementes de soja ou de algodão colhidas na safra de 2002 tenham sido estocadas, acompanhar as equipes de

amostragem para identificação das plantações e dos estoques, e definir essas localizações por escrito;

3. Os réus deverão fornecer seus relatórios para o FSA de cada propriedade na qual eles ou alguém sob sua direção ou controle tenha plantado soja e algodão durante a safra de 2002;

4. Os réus estão proibidos de lavrar seus campos ou permitir de qualquer outro modo a destruição de material de plantas e resíduos necessários para a amostragem e testes, e os réus não deverão fazer nada que impeça as equipes de testes de entrar na terra e recolher tecidos de plantas, resíduos das colheitas, amostras do solo ou amostras de sementes de qualquer desses campos.

A Monsanto deverá providenciar uma testemunha que testemunhará sobre a localização da amostragem feita, e informará sobre o envolvimento do réu no plantio da terra de onde saíram as amostras em setembro de 2001 numa data conveniente para as partes.

Data: 25 de outubro de 2002. ASSIM ORDENADO

_____

Juiz

6. Falta de advogados de defesa adequados

A Monsanto, uma companhia multimilionária, está pressionando casos contra agricultores que operam com uma margem de lucro comparativamente pequena, tendo assim menos recursos legais.[67] Muitos agricultores não podem pagar por um advogado e precisam enfrentar a Monsanto sozinhos, se forem processados pela companhia. Agricultores que são processados pela Monsanto, e não podem pagar pelo advogado, tem despesas maiores se assinaram um acordo tecnológico, pois são forçados a se defender no tribunal federal de St. Louis, independente de onde sua propriedade esteja localizada.

- Nove réus não têm advogados de defesa arrolados, três estão no registro como defendendo-se a si mesmos (*Pro Se*) e cinco tiveram representação parcial durante o decurso do seu processo.

AGRICULTORES ESTÃO SENDO PROCESSADOS POR TEREM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS NAS SUAS PROPRIEDADES, OS QUAIS NÃO COMPRARAM, NÃO QUEREM, NÃO IRÃO USAR E NÃO PODEM VENDER.

TOM WILEY

AGRICULTOR DE NORTH DAKOTA

4 LUTANDO CONTRA A MONSANTO

Agricultores compartilham suas histórias.

O acordo tecnológico da Monsanto garante a ela importantes proteções ao manter os agricultores legalmente responsáveis pela tecnologia incontrolável. Em menos de uma década, as características patenteadas da Monsanto contaminaram mais do que a metade do fornecimento sementes de milho e soja convencionais, e praticamente todo o fornecimento de sementes de canola convencional nos Estados Unidos[68]. A preocupação de que a polinização cruzada (também conhecida como "turbilhão genético") seria inevitável, foi confirmada por um relatório da British Royal Society, que descobriu que a hibridização entre as plantas é difusa, freqüente, e não limitada por barreiras físicas tais como áreas intermediárias[69]. Enquanto alguns afirmam que é possível haver coexistência entre variedades de colheitas convencionais e transgênicas, a história nos mostra a extensão e a freqüência em que essas tentativas de prevenção têm se mostrado inadequadas.

A Monsanto reconhece esses acontecimentos, afirmando: "Em caso de aparecimento não intencional de variedades de nossa propriedade nos campos de algum agricultor, certamente iremos trabalhar com esse agricultor no sentido de resolver o assunto para satisfazer, tanto a Monsanto quanto ao agricultor."[70] Essa promessa suspeita é usada pela Monsanto para diminuir o medo dos agricultores, relacionado à tecnologia da companhia. Mesmo assim, casos envolvendo a presença não intencional de características patenteadas da Monsanto em plantas ainda não terminaram a favor dos agricultores.

Dado à natureza insistente das perseguições judiciais da Monsanto, não é de se surpreender que os agricultores têm sido processados por possuírem sem seu conhecimento, ou venderem, a tecnologia patenteada da companhia. Um agricultor de North Dakota, Tom

Wiley, explicou dessa maneira: “Agricultores estão sendo processados por terem transgênicos na sua propriedade, que não compraram, não querem, não vão usar e não podem vender.”[71] Até que os tribunais reconheçam a intenção como um fator nesses casos de violação de patentes, os agricultores e seus advogados enfrentarão uma batalha crescente de casos envolvendo a presença não desejada de características patenteadas da Monsanto nas colheitas.

Apesar das diferentes circunstâncias nas quais esses processos são movidos, a Monsanto aborda cada caso com força incansável. Ninguém consegue explicar a extrema desigualdade de forças e suporte legal, bem como a natureza injusta de algumas das reclamações da companhia, com vantagem sobre os agricultores envolvidos[72]. Mesmo não sabendo os detalhes dos acordos fora dos tribunais que têm sido e ainda estão sendo feitos, podemos olhar para os agricultores que tem sido processados para determinar exatamente quem tem sido alvo desses processos agressivos. Numa época em que a Monsanto está se vangloriando da sua preocupação com agricultores norte-americanos, muitos deles estão ocupados contando uma história muito diferente – para um juiz.

CONTAMINAÇÕES

Contaminação biológica

O caso mais famoso de todos os casos de violação de patentes da Monsanto envolve o plantador de canola canadense Percy Schmeister[73]. Canola geneticamente modificada da Monsanto foi encontrada nas terras de Schmeister, mas é certo que ele não comprou nem plantou sementes da companhia. Por sete anos Schmeister lutou para provar que as sementes chegaram nas suas terras através de derivação genética ou através dos caminhões que levam sementes para os silos de grãos. Infelizmente o tribunal regional não se interessou em como as sementes apareceram nas terras, apenas que Schmeister sabia que possuía a propriedade intelectual da Monsanto e que não tinha pago por isso[74]. O advogado de Schmeister explica: “A Monsanto tem um problema, está tentado ser dona de um pedaço da Mãe Natureza que naturalmente se espalha por ai.”[75] Até o vice-presidente da Monsanto do Canadá, Ray Mowling, concorda: “(Monsanto) reconhece que ocorre polinização cruzada, e reconhece a inconveniência de processar agricultores que possam estar inadvertidamente plantando sementes da Monsanto através de polinização cruzada ou através de compras inocentes de vizinhos que violaram patentes."[76]

A Monsanto tem um problema, está tentado ser dona de um pedaço da Mãe Natureza que naturalmente se espalha por ai.

A Suprema Corte do Canadá ouviu o recurso de Schmeister à decisão do Tribunal Regional em 20 de janeiro de 2004, e em 21 de maio de 2004 anunciou publicamente sua decisão. Schmeister foi considerado culpado por violar patentes, mas não foi obrigado a pagar indenização à Monsanto. [77]

Podemos assumir que Schmeister é apenas um dos muitos agricultores que tem sido alvejado por possuir uma tecnologia que não comprou nem plantou.

POLUIÇÃO BIOLÓGICA

Contaminação biológica de colheitas não geneticamente modificadas com pólen de colheitas transgênicas tem se tornado um problema sério na América do Norte. Medidas tomadas para prevenir a contaminação, tais como zonas intermediárias, têm se mostrado ineficazes, pois as distâncias recomendadas para segregação são inadequadas. A indicação mais recente de que organismos geneticamente modificados têm potencial sério de contaminação vem de um estudo conduzido pelo EPA, que descobriu que pólen de agróstea geneticamente modificada viajou pelo menos 13 milhas de distância do campo onde estava plantada.[viii] Da mesma forma, um estudo britânico de 2003 descobriu que sementes de colza geneticamente modificada fizeram polinização cruzada com sementes de colza não transgênica a mais de 16 milhas de distância. Enquanto que a contaminação pode acontecer em praticamente qualquer colheita, os problemas mais sérios até agora têm sido com milho e canola, as duas colheitas de alimentos de polinização aberta cultivadas na América do Norte.

Nos oito ou nove anos em que variedades de canola geneticamente modificadas para serem resistentes a herbicidas têm sido plantadas no Canadá, elas tiveram polinização cruzada em tal extensão, que pés de canola resistentes a três ou mais herbicidas não são incomuns. Esses pés de canola indesejados, resistentes a herbicidas, estão aparecendo em campos plantados com outras colheitas e estão causando sérios problemas de ervas daninhas.

Outro estudo britânico descobriu que canola transgênica pode contaminar variedades de canola convencional e orgânica por mais de 16 anos.[ix] Agricultores orgânicos no Canadá, sofrendo com a contaminação, moveram um processo coletivo contra a Monsanto e a Bayer, por prejuízos pela perda dos preços diferenciados que suas colheitas tinham, já que não podem mais garantir que suas safras são 100% puras.[x]

[viii] Watrud L.S., E.H. Lee, [a] Fairbrother, C. Burdick, J.R. Reichmann, M. Bollmann, M.Storm, G. King, P.K. Van de Water. Evidence for landscape-level, pollen-mediated gene flow from genetically modified creeping bentgrass with CP4 EPSPS as a marker. Proc Natl Acad Sci USA. 05/10/2004. 101 (40):14533-8

[ix] Squire, G., G. Begg e M. Askew. The potential for oilseed rape feral (volunteer) weeds to cause impurities in later oilseed rape crops. Departament for Environment, Food and Rural Affairs. Ago 2003. Disponível em http://www.defra.gov.uk/environment/gm/research/pdf/epg_rg0114.pdf

[x] Kanina Holmes. Canadian Organic Farmers Sue Monsanto on GM crops. Reuters, 11/01/2001.

Talvez o exemplo mais notável de contaminação genética envolva o caso da StarLink, uma variedade de milho que nunca foi aprovada para consumo humano, que foi inicialmente comercializada nos EUA em 1998. Em 2000, a StarLink já tinha feito polinização cruzada em tal extensão, que apesar de apenas 1% das plantações de milho de Iowa terem sido plantadas com StarLink, as colheitas de metade das plantações do estado mostraram, no mínimo, traços de contaminação.[xi] No outono de 2000, o FDA foi obrigado a retirar 300 produtos de milho dos supermercados dos EUA devido a contaminação da StarLink. Apesar das tentativas de erradicar todos os traços de StarLink, eles continuaram aparecendo nas plantações de milho dos EUA, e mercados estrangeiros tem sido perdidos, ano após ano. Recentemente, um grupo de agricultores recebeu uma indenização de US$110 milhões pela perda de mercados estrangeiros devido à contaminação pela StarLink.[xii]

Até a Monsanto admite que o fluxo de pólen é inevitável. No seu acordo tecnológico de 2005 a Monsanto escreve: "Já que o milho é naturalmente uma planta de polinização cruzada, um movimento mínimo de pólen... entre plantações vizinhas é conhecido, e é um acontecimento normal nas sementes de milho ou na produção de grãos."[xiii] Verdadeiramente, contaminação de variedades não modificadas geneticamente por pólen de colheitas transgênicas é praticamente inevitável na América do Norte hoje em dia.

[xi] Organic crop certifiers decry transgenic contamination CROPCHOICE, 01/05/2002. Disponível em http://cropchoice.com/leadstrya16a.html?recid=310.

[xii] Paul Elias. Biotech firms pay $110 million to settle StarLink lawsuit. **Associated Press**. 07/02/2003. Disponível em http://ipm.osu.edu/trans/023_071.htm.

[xiii] Monsanto Co., 2005 Technology use guide, p.17.

Brotações espontâneas não desejadas

Agricultores que compraram e plantaram sementes da Monsanto, apenas para acabar tendo uma grande decepção com o produto, também estão sob risco de processos, como resultado das "brotações espontâneas". Plantas de brotação espontânea brotam de sementes que não foram deliberadamente semeadas; geralmente são sementes que não germinaram na safra anterior ou que caem de plantas antes da colheita. Se plantas de brotação espontânea contendo características genéticas aparecerem numa plantação que foi convertida novamente numa plantação convencional, os agricultores passam a ser potencialmente sujeitos a violação de patente. No caso do agricultor de Arkansas, Glen Eaton, brotações espontâneas podem ser o motivo pelo qual ele acabou no tribunal.

Segundo documentos legais, um juiz descobriu que "não há controvérsia de que Eaton não sabe como as sementes que ele plantou em 1999 tenham sido testadas como positivas para tolerância ao Roundup Ready." Mesmo que a Monsanto garanta que Eaton conscientemente plantou sua tecnologia em 1999 e 2000. Existem duas explicações possíveis para o fato das características patenteadas da Monsanto terem aparecido nas plantações durante os anos nos quais ele afirma não ter plantado sementes Roundup Ready: brotações espontâneas e/ou amostras misturadas.[78]

Brotações espontâneas que surgem em plantações convencionais criam risco de violação de patente para o agricultor.

Eaton afirma que na soja Roudup Ready plantada em 1997 e 1998 houve "despedaçamento", um acontecimento onde a vagem do feijão se abre antes de ser colhida, resultando em "perdas devastadoras na produção."[79] Um dos vizinhos de Eaton testificou que os campos de soja de Eaton realmente apresentaram despedaçamento terrível, e que ele podia até mesmo "ouvir os feijões se abrindo"[80]. Eaton afirma que o despedaçamento da sua soja em 1997 e 1998 resultou em menor produção, e que ele continua sofrendo prejuízo por causa do despedaçamento porque brotações espontâneas de sementes contendo a tecnologia de sementes Roundup Ready infestaram suas plantações e continuam aparecendo, ano após ano.[81]

O agricultor de North Dakota, Rodeny Nelson, achou necessário defender suas operações agrícolas de acusações de violação de patentes e investiu em medidas preventivas.

Outro agricultor na região de Eaton declarou que ele também presenciou uma infestação de brotações espontâneas nos seus campos, e explicou que sua plantação parecia "uma exuberância" na primavera antes da plantação. Além disso, "especialistas de ambas partes têm também testemunhado que pessoalmente viram, ou foram apresentados a evidências, de campos cheios de brotações voluntárias".[82]

A segunda explicação para o fato dos testes nos campos de Eaton terem dado positivo para a tecnologia da Monsanto é que seu consultor de colheitas pode ter misturado as amostras coletadas dos silos depois da colheita de 1998. O resultado disso seria Eaton inadvertidamente guardar soja Roundup Ready para replante em 1999 e erradamente vender a soja convencional como *commodity*. Eaton, acreditando estar plantando soja convencional, não aplicou Roundup nas suas colheitas em 1999. Apesar de parecer que Eaton não tenha intencionalmente violado qualquer patente da Monsanto, seu processo resultou num acordo confidencial em 2001.

Dinheiro para proteção

O agricultor de North Dakota, Rodeny Nelson, achou necessário defender suas operações agrícolas de acusações de violação de patentes e investiu em medidas preventivas. Essas medidas incluem pulverizar uma faixa de Roundup na soja convencional (US$4.500, não incluindo o custo da soja perdida), testar o material genético da soja (US$4.000), e contratação de uma empresa de engenharia para documentar posições nos campos usando o Global Positioning System (US$3.700). Essas precauções têm origem numa experiência anterior com a Monsanto. Em 2000 a companhia processou a família Nelson por violação de patente, baseando-se em evidências sem fundamento. Apesar do Conselho de Arbitragem de Sementes do Estado de North Dakota não ter encontrado nenhum suporte para as acusações da Monsanto, a família Nelson foi forçada a assinar um acordo confidencial depois de ter gastado aproximadamente US$200.000 com despesas judiciais. Em 2000 e 2001, a faixa de terra pulverizada com Roundup tinha várias plantas tolerantes a herbicidas em sua área de 17 milhas, provando que os Nelsons estavam certos em se preocupar com o aparecimento das brotações voluntárias nos campos semeados com soja convencional.



CUSTO DE PROTEÇÃO PARA UM AGRICULTOR

Pulverização de Roundup US$4.500

Testar material genético US$4.000

Global Positioning System (GPS) US$ 3.700

Investimento total US$ 12.000

AGRICULTORES QUE SEM SABER PLANTARAM E/OU VENDERAM SEMENTES DA MONSANTO

Um dos exemplos mais drásticos de uma história de "ricos e miseráveis" como conseqüência de um processo da Monsanto, envolve Hendril Hartkamp, que mudou-se da Holanda para os EUA em 1998 após vender sua fazenda de produção de leite. Após chegar nos EUA, Hartkamp comprou uma propriedade em Oklahoma, e contratou uma pessoa para administrar a agricultura. Ele não sabia que a propriedade tinha um silo que continha uma quantidade indeterminada de sementes de soja Roundup Ready. Em 3 de abril de 2000, Hartkamp foi processado pela Monsanto por utilizar sua tecnologia patenteada sem licença, mesmo que o uso tivesse sido totalmente involuntário.[83] Totalmente pobre após seus milhões terem sido perdidos para se defender contra a Monsanto, Hartkamp vendeu sua fazenda por muito menos do que tinha pago e foi embora para Belize.

"Você nos pertence – todos que compram nossos produtos Roundup Ready nos pertencem."

Dito pela Monsanto a um agricultor dos EUA.

Numa história parecida, a família Thomason esteve enrolada com a justiça por anos por possuir, sem saber, algodão Bt da Monsanto, depois de comprar as sementes num saco pardo sem identificação. O vendedor de sementes não falou aos Thomasons que a variedade de sementes era patenteada, nem pediu que eles assinassem um acordo tecnológico. Os Thomasons foram processados em mais de um milhão de dólares, pelos 4.000 acres onde plantaram algodão Bt sem saber. A indenização paga para a Monsanto desvirtua profundamente os verdadeiros "danos" da companhia. Agricultores como os Thomasons, que mal conseguem pagar para se defender nesses casos, freqüentemente ficam com uma única

opção, pedir falência – mesmo quando nunca plantaram a tecnologia da Monsanto intencionalmente.[84]

AGRICULTORES QUE NUNCA ASSINARAM O ACORDO TECNOLÓGICO, MAS GUARDARAM SEMENTES

Apesar dos vendedores de sementes estarem fazendo um esforço grande para estimular os agricultores a assinarem o acordo tecnológico da Monsanto, essa obrigação nem sempre é levada a sério.[85] Agricultores que plantam sementes da Monsanto e nunca viram nem assinaram um acordo tecnológico, podem não estar conscientes das cláusulas rigorosas associadas ao uso da tecnologia patenteada. Para a maioria dos agricultores é inaceitável pensar na tradicional prática de guardar sementes como um sendo crime. Muitos agricultores guardaram suas sementes por ignorância. Explica um agricultor: "Eu pensei que depois que paguei a taxa de tecnologia, elas fossem minhas."[86]

EXEMPLO DE ASSINATURA FALSIFICADA

Copiar do original

Falsificar assinaturas de agricultores em Acordos Tecnológicos é considerado "comum" por vendedores de sementes. Aproximadamente um em 10 dos processos da Monsanto envolve tais falsificações.

Assinatura verdadeira

Foi só quando os oficiais de justiça apareceram na propriedade de Eugene Stratemeyer que ele descobriu que replantar suas sementes era uma prática ilegal.[87] Ele foi citado no jornal dizendo: “Eu não sabia de nada disso... Descobri que não podia replantar minhas próprias sementes quando os oficiais de justiça apareceram na minha terra e apreenderam minha soja. A primeira vez que fiquei sabendo disso foi quando descobri sobre o processo.”[88]

Pelo menos 6 dos 90 processos, incluindo o de Stratemeyer, envolvem assinaturas falsificadas no acordo tecnológico, uma prática documentada como sendo comum entre os vendedores de sementes.[89] Mesmo que pelo menos 25 dos agricultores processados pela Monsanto nunca tenham assinado um acordo (a maioria nunca viu um), o tribunal não impede a Monsanto de mover processos contra eles por violação de patente, somente de mover processos para a execução dos termos do acordo tecnológico.[90]

Stratemeyer entrou com uma ação coletiva contra a Monsanto pela sua proxenetagem e uso de assinaturas falsificadas nos acordos tecnológicos. Baseando-se no rendimento dos vendedores de sementes conhecidos por estarem envolvidos em falsificação de acordos tecnológicos, é possível que 40% dos acordos feitos por atacadistas da Monsanto sejam falsificações.[91]

Pelo menos 6 dos 90 processos movidos pela Monsanto envolveram a assinatura falsificada de um agricultor.

Um agricultor que nunca viu um acordo fez um acerto com a Monsanto de mais de US$100.000. Ele relatou que a companhia disse: “Você nos pertence – todos que compram nossos produtos Roundup Ready nos pertencem.” Esse agricultor garante que nunca lhe foi dito que ele não poderia guardar as sementes, apenas que ele não poderia vendê-las a outros."[92]

Essas ações legais afetam as famílias dos agricultores e a sua reputação. Ray Dawson, que nunca assinou um acordo, comentou: ”Eles (Monsanto) forçaram tanto quanto podiam até que conseguiram publicidade suficiente. Se você quiser uma história de intimidação, eu não conheço um caso pior do que aquele pelo qual passei.” A Monsanto ameaçou a esposa de Dawson de cadeia por falso testemunho, acusando-a de estar mentindo no seu depoimento. “Tínhamos que por um fim nisso”, disse ela. Ela não agüentava mais e achou que não havia outra maneira de livrar sua família da perseguição constante da Monsanto, além de pegar uma

caneta e assinar o cheque.[93]

Agricutores, ao sentir a pressão de um processo da Monsanto, freqüentemente fazem acordos fora dos tribunais para por um fim na perseguição.

Outro agricultor, que nunca assinou um acordo, se tornou a "ovelha negra" da sua cidade. Depois que a Monsanto usou a mídia local para criar e espalhar uma reputação negativa sobre ele, a terra que ele costumava arrendar já não estava mais disponível para ele. "Não queremos estar associados a você", foi dito ao agricultor. "Não prevejo o que eles vão ganhar com isso", explica ele. "Refinanciei coisas nos últimos anos para pagar (pelo processo)." Ele começou a vender equipamentos agrícolas para se defender nesse caso, e a idéia de falência está se tornando cada vez mais real.[94]

AGRICULTORES QUE ASSINARAM O ACORDO TECNOLÓGICO E GUARDARAM SEMENTES

As cláusulas rigorosas delineadas no acordo tecnológico da Monsanto muitas vezes não são lidas pelo agricultores que o assinam – muito menos compreendidas por eles. Até agora, os termos complicados e irracionais do acordo tecnológico da Monsanto ainda não foram efetivamente desafiados nos tribunais. Infelizmente, mais e mais agricultores tem estado em batalhas legais intensas, com poucos recursos para opor-se às limitações colocadas pelos contratos onerosos.

Agricultores, desconhecendo que as sementes da Monsanto têm propriedade, e os detalhes das leis de patentes que as protegem, são forçados para fora das terras que tem sido seu ganha pão por gerações.

Homan McFarling é um agricultor que tem lutado muito contra as cláusulas do acordo tecnológico. O atacadista de sementes de McFarling mandou que assinasse o acordo quando comprou as sementes, mas McFarling diz que nunca o leu. Apesar de admitir que guardou as 1000 sacas de sementes Roundup Ready que comprou em 1998, ele se recusou a fazer um acordo fora dos tribunais: "Um monte de agricultores simplesmente faz um acordo. Eu não posso – não tenho dinheiro."[95] A Monsanto moveu uma ação para recolher 120 vezes o real valor de prejuízos alegados, um total de US$780.000. Entretanto, McFarling levou seu caso ao Tribunal Federal Itinerante de Recursos, e em 9 de abril de 2004 o Tribunal abriu um

precedente importante, quando um Juiz Federal de Recursos determinou que a multiplicação de 120 vezes no acordo tecnológico seria "inexecutável"[96]. McFarling não terá mais que pagar para a Monsanto o valor calculado de US$780.000 e provavelmente acabará pagando um valor significativamente menor.[97]

Hal Swan é outro agricultor que teve que assinar um acordo tecnológico para comprar sementes, e como McFarling, nunca o leu. Ao mesmo tempo, ele nunca imaginou que uma companhia fosse processá-lo por uma prática que tem sido sempre parte integral da agricultura. A Monsanto está atualmente buscando compensação no valor de US$900.000, e enquanto Swann não consegue explicar o motivo pelo qual seu caso ainda está amarrado na justiça, ele conseguiu compartilhar seu fim previsível: falência.[98]

Cada vez mais agricultores estão enfrentando decisões financeiras parecidas, como resultado dessas batalhas judiciais. Agricultores, desconhecendo que as sementes da Monsanto têm propriedade, e os detalhes das leis de patentes que as protegem, são forçados para fora das terras que têm sido seu ganha pão por gerações.

PERSPECTIVA

Na sua busca zelosa pelo monopólio sobre a produção de alimentos nos EUA e no mundo, a Monsanto está alterando basicamente a natureza da agricultura – do relacionamento que os agricultores tem com suas plantações e com a terra, à constituição do alimento plantado pelos nossos agricultores. Os cenários descritos nesse relatório são apenas algumas das muitas histórias que os agricultores podem contar sobre as mudanças ocorrendo na agricultura norte-americana nas mãos da Monsanto.

Tem sido freqüentemente permitido, e mesmo estimulado pelos legisladores, reguladores e tribunais que a Monsanto use a lei de patentes como uma arma contra o agricultor norte-americano. A perseguição de agricultores pela Monsanto precisa ser revertida, particularmente quando cada vez mais agricultores podem ser importunados, investigados e processados por suposta violação das patentes e acordos da companhia. O CSA continua a pressionar por mudanças necessárias nas políticas e encoraja os legisladores, em nível estadual e federal a lidar com a questão. Adicionalmente, o CSA está continuando sua pesquisa sobre a perseguição de agricultores norte-americanos pela Monsanto, e atualizações a esse relatório serão disponibilizadas quando detalhes adicionais forem coletados.

Tem sido freqüentemente permitido, e mesmo encorajado, pelos legisladores, reguladores e tribunais que a Monsanto use a lei de patentes como uma arma contra o agricultor norte-americano.

QUANTO MAIS AGRICULTORES ESTIVEREM SUJEITOS A PERSEGUIÇÃO, INVESTIGAÇÃO E A ACÕES JUDICIAIS, MAIOR SERÁ O MOVIMENTO PARA REVERTER AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS QUE PERMITEM ESSA PERSEGUIÇÃO.

5 OPÇÕES EM POLÍTICAS

Impedindo processos contra agricultores norte-americanos

A ação e a inércia dos legisladores, reguladores e tribunais dos EUA permitiram, e freqüentemente estimularam a Monsanto a usar a lei de patentes como uma arma contra o agricultor norte-americano. Como foi descrito nesse relatório, as atividades governamentais que ajudaram a desencadear os processos judiciais contra agricultores dos EUA pela Monsanto incluem, mas não se limitam a: Tribunais dos EUA, incluindo a Suprema Corte, que permite ao Departamento de Marcas Registradas e Patentes dos EUA (U.S. PTO) garantir proteção de patentes às colheitas geneticamente modificadas (e outras plantas sexualmente reproduzidas, i.e.: sementes); reguladores federais e estatais que não regulam apropriadamente os impactos ambientais das colheitas geneticamente modificadas, o que resulta em disseminação indiscriminada das sementes e genes patenteados da Monsanto; fracasso dos funcionários estaduais e locais em intervir para evitar que a Monsanto use de investigações extremamente agressivas e freqüentemente ilegais de violações simuladas das suas patentes de sementes; e o fracasso dos Tribunais dos EUA em invalidar os contratos exploradores da Monsanto com os agricultores que usam sementes patenteadas. Quanto mais agricultores dos EUA estiverem sujeitos à perseguição, investigação e ações judiciais por causa de suposta violação de patentes de sementes e do acordo tecnológico da Monsanto, maior será o movimento para reverter políticas governamentais que permitem essa perseguição. A seguir um resumo das políticas governamentais que poderiam ser utilizadas para defender os agricultores da Monsanto.

- **Fazer uma emenda na Lei de Patentes, para que as plantas reproduzidas sexualmente não possam ser caso para patentes, e fazer uma emenda na Lei**

de Proteção às Variedades de Plantas (PVPA) para excluir tais plantas da proteção da lei PVPA.

A Monsanto pode conseguir dois tipos de proteção de propriedade intelectual das suas sementes geneticamente modificadas. Segundo discussão *infra,* ela pode obter, e obteve, patentes de utilidade pública das suas sementes geneticamente modificadas pelo U.S. PTO. Essas patentes de utilidade pública dão à companhia um controle quase monopólio das sementes, e exclui todas outras de posse, uso ou venda das sementes, a não ser com aprovação do detentor da patente. A Monsanto pode receber proteção adicional para as sementes geneticamente modificadas obtendo o Certificado de Proteção do Departamento de Agricultura dos EUA através do PVPA. O PVPA foi aprovado em 1970 e dá proteção parecida com patentes para novas variedades de criadores de variedades originais de plantas. O detentor de um Certificado de Proteção dos EUA para uma variedade, tem direitos exclusivos de multiplicar e vender a semente dessa variedade por um período de 20 anos. Diferente da proteção de utilidade pública, entretanto, sob o PVPA existem exceções que permitem algum uso da variedade protegida. O que é mais importante para os agricultores, o PVPA cria o direito de guardar sementes para replantio.

Discutivelmente, as colheitas geneticamente modificadas da Monsanto não têm direito a nenhuma dessas proteções. O Congresso nunca ratificou a permissão pelo U.S PTO de patentes de utilidade pública de plantas, nem existiam variedades geneticamente modificadas quando o PVPA foi aprovado, em 1970. Alguns argumentam que, dada à instabilidade genética e tendência de sementes com genes alterados de sofrer mutações, qualquer forma de patente ou proteção do PVPA para tais sementes é cientificamente suspeita e legalmente inapta. Outros dizem que, já que a Monsanto não consegue controlar a dispersão das suas sementes, ou os genes alterados dessas sementes, qualquer proteção que seja dada a essas sementes, ou ao seu conteúdo genético, inevitavelmente deixará muitos inocentes sujeitos ao cumprimento das patentes ou do PVPA. Daqui a algum tempo, praticamente qualquer agricultor que tem um certo tipo de plantação, terá sua colheita poluída com a variedade transgênica dessa colheita, levando a um cenário judicialmente caótico, onde praticamente todo agricultor dos Estados Unidos será um infrator das proteções de plantas para colheitas geneticamente modificadas.

A Lei de Patentes e o PVPA são leis federais, então para fazer uma emenda para retirar proteção das variedades geneticamente modificadas seria necessária ação do Congresso.

***Vantagens**:* A vantagem dessa opção para os agricultores é que todas as bases para ações judiciais de violação de patentes ou do PVPA, pela Monsanto ou por outra companhia de sementes biotecnológicas, seriam removidas.[99]

Desvantagens: As desvantagens dessa abordagem são de ordem prática. Por causa do poder de lobby da indústria biotecnológica, é extremamente improvável que o Congresso fizesse uma ação dessas num futuro próximo.

- **Tornar a Lei de Proteção das Variedades de Plantas o único meio de garantia de proteção da propriedade intelectual sobre plantas sexualmente reproduzidas.**

Uma opção legislativa menos dramática para o Congresso do que retirar toda a proteção de plantas das sementes geneticamente modificadas, seria fazer uma emenda à Lei de Patentes para excluir plantas sexualmente reprodutivas, incluindo sementes geneticamente modificadas como matéria patenteável, mas continuando a permitir a proteção de plantas geneticamente modificadas sob o PVPA. Isso daria as companhias biotecnológicas um monopólio continuado sobre a venda dessas variedades de colheitas mas sob o PVPA uma exceção permitiria que os agricultores guardassem sementes geneticamente modificadas para o replantio.

***Vantagens**:* Essa opção exige que o Congresso faça emenda em apenas um regulamento, a Lei de Patentes, ao invés da Lei de Patentes e do PVPA como é exigido na primeira opção, significando um obstáculo legislativo a menos. Como mencionado, essa opção resultaria na possibilidade dos agricultores de guardar e replantar sementes transgênicas sem medo de serem processados.

***Desvantagens**:* A emenda na Lei de Patentes não iria livrar os agricultores da aplicação e ação judicial do PVPA. Isso poderia incluir ações judiciais mesmo se as variedades de sementes protegidas poluíssem inadvertidamente as colheitas. Além disso, embora sendo menos controverso do que despir as sementes geneticamente modificadas de toda a proteção de propriedade intelectual, o Congresso, sob pressão da indústria biotecnológica, poderia relutar em fazer uma emenda na Lei de Patentes favorecendo o direito de um agricultor de guardar sementes acima do interesse lucrativo da indústria biotecnológica.

- **Fazer uma emenda na Lei de Patentes de modo que guardar sementes e/ou**

posse inadvertida, uso ou venda de sementes geneticamente modificadas não seja considerado infração.

A Seção 271 da Lei de Patentes limita aquilo que constitui violação de patente. Isso pode incluir exceções da proibição normal de posse, uso e venda de uma invenção patenteada.[100] Essa opção de política iria envolver uma emenda à seção 271, no sentido de limitar a área da violação de patentes de uma semente geneticamente modificada. Especificamente, envolveria a exclusão da guarda de sementes geneticamente modificadas, e/ou posse inadvertida, uso ou venda de tais sementes, da área de abrangência dessas patentes.

A linguagem numa decisão judicial federal sobre patente de um composto químico dá algum suporte para essa opção política. Com opinião coincidente nessa decisão, *SmithKline Beecham Corp. v. Apotex Corp.,* 365 F.3d 1306 (Fed.Cir.2004), um juiz federal sugere que a dispersão biológica de uma planta patenteada nos campos de um agricultor que não a adotou não poderia levar a violação de patente:

> "Considerando, por exemplo, o que poderia acontecer se o vento soprasse milho transgênico, fértil, protegido por patente, do campo de um único agricultor para campos de milho vizinhos. A colheita desses campos logo conteria ao menos um pouco de milho patenteado misturado com o milho amarelo tradicional, de domínio público, dessa forma violando a patente. O vento continuaria a soprar, e as colheitas patenteadas se espalhariam através do continente, dessa forma tornando a maioria (senão todos) os plantadores de milho norte-americanos, não intencionalmente mas inevitavelmente infratores. A implicação de que todo o detentor de patente teria o direito de recolher royalties de cada agricultor cujos campos contivessem mesmo um pouco de milho patenteado, não pode estar correta." [101]

Essa decisão sugere que os tribunais federais também podem ser uma opção viável para, ao menos estabelecer o princípio de que poluição biológica não pode ser considerada causa legal de ação para um processo de violação sobre uma patente de sementes geneticamente modificadas.

Vantagens*:* Essa abordagem não é tão invasiva quanto a retirada de toda a proteção das colheitas geneticamente modificadas, e assim, pode ser mais aceitável para o Congresso. Os tribunais também poderão ser um veículo mais prático e eficiente do que o Congresso para estabelecer que poluição biológica não pode ser violação de patente. Essa opção resultaria no fato dos agricultores conseguirem guardar sementes sem medo de processos e sem medo de que a poluição os tornasse infratores.

Desvantagens: Na extensão de que essa abordagem continua a se basear na ação do

Congresso contra os interesses da indústria biotecnológica, haverá quase que certamente resistência forte e continuada dos aliados dessas companhias no Congresso. Para alguns agricultores e outros essa abordagem será insustentável porque exige a aceitação das patentes de sementes.

- **Legislar para evitar que os Contratos de Sementes da Monsanto passem a responsabilidade legal para os agricultores.**

Como descreve esse relatório, colheitas geneticamente modificadas, são por natureza transportáveis da propriedade de um usuário para outra, através do fluxo de pólen ou movimento de sementes via animais ou equipamentos. O Guia de Uso Tecnológico da Monsanto para suas sementes patenteadas reconhece isso ao afirmar que esse tipo de movimentação do pólen é "bem conhecido e acontecimento normal nas sementes de milho ou produção de grãos" [102] Esse fluxo de pólen e movimento de sementes representa uma ameaça econômica direta para agricultores que plantam produtos não geneticamente modificados e orgânicos. Todavia, a Monsanto estabelece explicitamente que a responsabilidade legal dessa contaminação não está com a Monsanto, mas sim com o plantador dessas colheitas.

Legisladores federais e estaduais começaram a abordar essa situação desigual fazendo um rascunho de lei que responsabilizará legalmente fabricantes de sementes tais como a Monsanto de dispersão da sua tecnologia genética patenteada através da dispersão de pólen, contaminação de sementes e outros meios.

Vantagens : Essa legislação, no nível federal e especialmente no nível estadual poderá ter uma boa possibilidade de sucesso.[103] Uma legislação assim garantiria que os agricultores não seriam punidos pela natureza inerentemente poluidora das sementes da Monsanto, e também daria recursos para os agricultores contaminados que, ao invés de serem meramente processados pela Monsanto por violação de patente, agora poderiam tomar ações legais contra a companhia por quaisquer prejuízos causados pela contaminação.

Desvantagens*:* Essa legislação, se aprovada nos níveis estadual ou federal, não limita as proteções de propriedade intelectual da Monsanto, que ainda poderia processar agricultores por guardarem sementes e por inadvertidamente terem a semente patenteada na sua propriedade.

- **Adoção de modelos estaduais existentes de controle das investigações**

invasivas e agressivas de agricultores, por violação de patente.

Segundo esse relatório, muitos agricultores foram objeto de perseguição e investigações exageradas da Monsanto. Os Estados podem agir no sentido de refrear tal comportamento, e garantir que os agricultores acusados de violação de patentes tenham recursos justos. Dois estados, North Dakota e Indiana, aprovaram leis que protegem os agricultores das perseguições judiciais agressivas da Monsanto. De forma significativa a legislação de North Dakota evita que detentores de patentes de plantas entrem e retirem plantas das terras dos agricultores sem que preencham uma série de condições. Além disso, o agricultor poderá acompanhar o detentor da patente enquanto as amostras são retiradas, e poderá também exigir a presença do diretor estadual de sementes.

Em 2003, Indiana aprovou uma lei que dá aos agricultores proteções parecidas com aquelas incluidas na legislação de North Dakota.[104] Sob essa lei, um contrato de sementes não dá direitos ao fornecedor de sementes de entrar na propriedade de um agricultor para pegar amostras das colheitas plantadas a partir de sementes e outras plantas crescendo na propriedade do agricultor, a não ser que sejam cumpridas um série de condições importantes.[105] Além do mais, se uma companhia de sementes recebe uma ordem judicial para acessar a terra de um agricultor para tirar amostras, a ordem deve permitir que o agricultor tenha de forma independente, amostras iguais ou repartidas. Os agricultores podem usar essa evidência para conduzir seus próprios testes. Isso poria um fim na natureza obviamente unilateral das provas apresentadas nos casos registrados pela Monsanto contra agricultores.

Vantagens: Como demonstra o sucesso em North Dakota e Indiana, essas leis podem ser atrativas para legisladores estaduais. Elas oferecem aos agricultores alguma proteção contra a perseguição e/ou métodos ilegais de investigação pela Monsanto, e a potencial falsificação dos resultados dos testes pela companhia.

Desvantagens: Essas leis não fazem nada para limitar os direitos intelectuais e de patente da Monsanto, que são a base para os processos contra os agricultores norte-americanos. Mais ainda, existe o perigo de que as legislaturas possam ver essas leis como um caminho fácil de evitar ter que lidar com as questões maiores da poluição biológica causada por colheitas geneticamente modificadas, responsabilidade pela poluição, e o direito dos agricultores de guardarem suas sementes.

- **Nivelar o campo de jogos judicial, negando à Monsanto a Cláusula de Seleção**

de Fórum.

O Acordo tecnológico da Monsanto prevê termos que colocam os agricultores em indubitável desvantagem caso venham a ser processador por quebra do acordo ou violação de patente. Por exemplo, o acordo manda que a única e exclusiva jurisdição e foro para todas as disputas, exceto aquelas envolvendo algodão, seja o Tribunal Distrital dos EUA para o Eastern District of Missouri, cidade sede da Monsanto. Isso quer dizer que um agricultor processado fora de Missouri, não apenas tem uma batalha de Davi e Golias contra os advogados da Monsanto, mas também precisa achar um advogado em Missouri e viajar até lá para enfrentar a batalha judicial.

Indiana aprovou uma legislação que suaviza a injustiça e a desigualdade. A lei estatal diz que se uma companhia de sementes entra com uma ação judicial contra um agricultor de Indiana, por violação dos termos de um contrato de sementes, a ação judicial terá que ser movida em Indiana, já que as leis de Indiana regulam os contratos de sementes. [106]

Vantagens: Leis como as de Indiana garantem que agricultores que estão sendo processados não precisem se defender dentro das leis de outro estado.

Desvantagens: Essas leis sobre foro fazem muito pouco para limitar os direitos de patente e propriedade intelectual da Monsanto. Novamente existe o risco de que os legisladores optem por leis limitadas como essas em vez de regular rigorosamente as colheitas geneticamente modificadas e a responsabilidade nos seus estados.

- **Aprovação de iniciativas locais, estaduais e federais instituindo proibição ou moratória no plantio de colheitas geneticamente modificadas.**

Segundo registro anterior, os governos locais, estaduais e federal, ainda precisam regular apropriadamente as colheitas geneticamente modificadas de modo a evitar as conseqüências econômicas e ambientais causadas pela sua disseminação onipresente. A proibição, ou moratória federal no plantio de colheitas geneticamente modificadas eliminaria o uso de tecnologia patenteada, e por esse motivo tornaria impossível a perseguição de agricultores pela Monsanto. Menos abrangente do que uma ação nacional seria a proibição ou moratória em nível local ou estadual. Vários distritos na Califórnia já iniciaram medidas de votação ou resoluções distritais para proibir o plantio de colheitas transgênicas nos seus distritos. Na publicação desse relatório, os Distritos de Mendocino e Martin tinham aprovado tais

iniciativas e o Distrito de Trinity aprovou a Resolução do Conselho de Supervisores. Vários outros distritos estão atualmente no processo de propor proibições, e esses esforços parecem estar ganhando força.

Vantagens: Proibições locais e distritais tem uma história de serem politicamente mais viáveis do que proibições estaduais ou federais. Todas essas medidas oferecem proteção significativa para agricultores na área geográfica abrangida pela proibição, desde poluição biológica por colheitas transgênicas, e risco conseqüente de processo pela Monsanto, até violação de patente de sementes.

Desvantagens: É muito improvável que o Congresso legisle sobre uma proibição nacional, ou moratória. Proibições estaduais são mais factíveis mas ainda muito improváveis. Proibições distritais são viáveis, mas o âmbito geográfico dessas proibições traz proteção limitada para a maioria dos agricultores nacionais, a não ser que essas proibições se tornem mais disseminadas.

LINKS

Pacer Service Center U.S Party/Case Index

http://pacer.uspci.uscourts.gov

Monsanto's 2005 Technology Use Guide

http://www.monsanto.com/monsanto/us_ag/content/stewardship/tug/tug2005.pdf

Gone to Seed: Transgenic Contaminants in the Tradicional Seed Supply, Mellon, Margaret and J. Rissler, Union of Concerned Scientists, (February 24, 2004). Disponível em http://www.ucsusa.org/food_and_environment/biotechnology/page.cfm?pageID=1315

Farmer's Guide to GMO's David Moeller – Farmer's Legal Action Group, Inc. (FLAG) and Michael Sligh – Rural Advancement Foudation Internacional – USA (RAFI-USA). Publicado por Karen R. Krub – FLAG, Nov 2004.

http://www.flaginc.org/news/FG_GMO_20041122.pdf

Advogados dos agricultores que defenderam a maioria dos casos:

Jim D. Waide, III

332 Spring Street, P.O. Box 1357

Tupelo, MS 38802

Edwin Akers

101 S. Hanley Road, Suite 1600

Clayton, MO 63105

R. Don Ward

223 South Market St.

Scottsboro, AL 35768

Dele Aschemann

1602 W. Kimmer, P.º Box 939

Marin, IL 62959

Leland H. Corley

One Petticoat Lane 1010 Walnut, Suite 500

Kansas City, MO 64106

James L. Robertson

600 Heritage Building, P.O. Box 651

Jackson, MS 39205

[1] Relatório Anual da Monsanto 2004, disponível em www.monsanto.com/monsanto/layout/investor/financial/annual_reports.asp

[2] Stewart Laidlaw, "Starlink Fallout Could Cost Billions". *Toronto Star*, jan.2001.

[3] Charles Benbrook, "Genetically engineered crops and pesticide use in the United States: the first nine years." BioTech InfoNet Technical Paper. n.7, out. 2004.

[4] Pew initiative on food and biotechnology factsheet "Genetically Modified Crops in the United States", ago 2004, p. 4. Disponível em http://pewagbiotech.org/resources/factsheets/display.php3?FactsheetID=2

[5] BROOKES, Graham; BARFOOT, Peter. "Co-existence in North American agriculture: can GM crops be grown with conventional & organic crops?" PG Economics Ltd. Jun.2004. Disponível em www.pgeconomics.co.uk/pdf/coexistencereportNAmericafinalJune2004.pdf

[6] Em 2001 o Grupo ETC relatou que a Monsanto foi responsável pela tecnologia de sementes de 91% das plantas geneticamente modificadas ("Ag Biotech Countdown: Vital Statistics and GM Crops", Geno-Types p. 1 (junho 2002); disponível em www.etcgroup.org/documents/biotech_countdown_2002.pdf). Além disso o CSA comparou figuras recentes das estatísticas do ISAAA sobre os hectares de plantas biotecnológicas do mundo (www.isaaa.org/kc/CBTNews/press_release/briefs30/es_b30.pdf) e a área em acres de plantas biotecnológicas da Monsanto (www.monsanto.com/monsanto/content/investor/finantial/reports/2004/Q42004acreage.pdf) para confirmar que o controle da Monsanto sobre a tecnologia de sementes tem permanecido constante em aproximadamente 90%.

[7] CHARLES, Daniel. *Lords of the harvest.* p. 201, 2001. Ver também MOELLER, David. *Farmer's guide to GMOs at 8,* RAFI-FLAG (nov.2004)

[8] CHARLES, Daniel. *Lords of the harvest at 196* (2001).

[9] ROUSH, Troy. Entrevista pelo telefone ao CSA em 29/10/2003.

[10] Agricultor anônimo. Entrevista pelo telefone ao CSA em 10/10/2003.

[11] Agricultor anônimo. Entrevista pelo telefone ao CSA em out. 2003.

[12] Ver Brief Amici Curiae of American Corn Growers Association & National Farmers Union in Support of the Petitioners, J.E.M Ag. Supply v. Pioneer Hi-Bred, Int'l., 534 U.S. 124 S. Ct. 593, 151 L. Ed. 2d 508 (2001), r'hrg denied, U.S., 122 S. Ct. 1600 (2002), ver também Lara E. Ewens, "Seed wars: biotechnology, Intellectual Property and the quest for the High Yield Seeds,"23 B.C. Int'l & Comp. L. Rev. 285, 286 (2002).

[13] CHARLES, Daniel. *Lords of the Harvest.* 2001.

[14] GRAFF, Gregory; NEWCOMB, James. "Agricultural Biotechnology at the Crossroads." BioEconomic Research Associates. 2003. p.24-25

[15] Pew initiative on food and Biotechnology. "U.S. vs. EU: An examination of the trade issues surrounding genetically modified food." ago.2003. Disponível em http://pewagbiotech.org/resources/issuebriefs/europe.pdf.

[16] ibid.

[17] Monsanto Co., 2005 Technology/Stewardship Agreement, para.4 Grower Agrees.

[18] Monsanto Co., 2005. *Technology use guide*. p.19.

[19] Monsanto Co. 2005. Technology/Stewardship Agreement para. 6, Grower Understands; ver também Monsanto Co. 2005 Technology Use Guide, p.19.

[20] Monsanto Co. TechnologyStewardship Agreement. p.4, Grower Agrees.

[21] Monsanto Co., 2005. *Technology use guide.* p.15.

[22] Monsanto Co., 2005. *Technology use guide*. p.17.

[23] ibid.

[24] Monsanto Co. 2005. *Technology/Stewardship Agreement* para.7, General terms.

[25] O CSA conhece oito casos contra agricultores que terminaram em falência (segundo uma pesquisa feita nos registros da PACER, de casos de falências entre 1997 e 2004, nos quais a Monsanto aparece como parte).

[26] Monsanto Co. 2005 Technology/Stewardship Agreement, para 8, Monsanto's Remedies.

[27] Monsanto Co. 2005 *Technology/Stewardship Agreement.*

[28] Ver Peter Shinkle. "Monsanto Reaps Some Anger with Hard Line on Reusing Seed." *St.Louis Post-Dispatch.* Maio 2003. Ver também Daniel Charles. *Lords of the Harvest.* p. 115-7, 154-6, 2001. Para debater a história da Pioneer Hi-Bred e seu comprometimento com aos interesses dos agricultores, Charles cita Tom Urban da Pioneer: "A Monsanto não entende o negócio das sementes... Desculpe, eles não entendiam o negócio das sementes."

[29] Monsanto Co. Seed Piracy Update. 2003.

[30] Ver Jill Sudduth. Where the wild wind blows: Genetically altered seed and neighboring farmers, Duke L. & Tech. Rev. 0015 para. 6, 2001. Ver também Rich Weiss, "Seeds of discord: Monsanto's gene police raise alarm on farmer's rights, Rural Tradition." *The Washington Post*, 3 fev. 1999.

[31] Monsanto Co., "Monsanto releases seed piracy case settlement details", entrevista para a imprensa, 29 set. 1998. Nessa entrevista foram relatados 475 casos de pirataria de sementes investigados pela Monsanto em todo país, gerados a partir de mais de 1800 indícios.

[32] WEISS, Rich. *Seeds of discord: Monsanto's gene police raise alarm on farmer's rights, rural tradition.* The Washington Post . A6. 3 fev. 1999.

[33] Monsanto Co., *Seed piracy update*. 2003.

[34] Monsanto Co., *Seed piracy update*. 2004.

[35] "Bean detectives visit Nebraskan, "Omaha World Herald. 7 nov 2004.

[36] Agricultores anônimos, entrevistas pelo telefone para o CSA em 5, 19, e 23 de outubro de 2003.

[37] RINEHART, Gary. Entrevista pelo telefone ao CSA em 28 ago 2003.

[38] SWANN, Hal. Entrevista pelo telefone ao CSA em 19 out 2003.

[39] BOARD, Wayne. Monsanto may take legal steps against catching soybean seeds. Lubbock Avalance-Journal. 24 maio 1997. Disponível em http//www.lubbockonline.com/news/052597/monsanto.htm

[40] Agricultor anônimo, entrevista pelo telefone ao CSA em 15 ago 2003.

[41] SWANN, Hall. Entrevista pelo telefone ao CSA em 19 out 2003.

[42] SCRUGGS, Mitchel. Entrevista pelo telefone ao CSA em 18 ago 2003.

[43] RINEHART, Gary. Entrevista pelo telefone ao CSA em 20 out 2003.

[44] CORLEY, Leland. Entrevista pelo telefone ao CSA em 28 out 2003.

[45] Agricultor anônimo. Entrevista pelo telefone ao CSA em 5 out 2003.

[46] Forgery Issue Important. Says lawyer, CROPCHOICE NEWS, (12/11/02). Disponível em http://www.cropchoice.com/leadstryc304.html?recid=1188

[47] RINEHARDT, Gary. Entrevista pelo telefone ao CSA em 20 out 2003.

[48] Agricultor anônimo. Entrevista pelo telefone ao CSA em 16 nov 2003.

[49] Correspondência por e-mail com Troy Roush. 28 ago 2003.

[50] DAWSON, Ray. Entrevista pelo telefone ao CSA em 21 ago 2003.

[51] Agricultor anônimo. Entrevista pelo telefone ao CSA em 16 nov 2003.

[52] RINEHARDT, Gary. Entrevista pelo telefone ao CSA em 4 set 2003.

[53] SWANN, Hall. Entrevista pelo telefone ao CSA em 19 out 2003.

[54] WEISS, Rich. Seeds of discord: Monsanto's gene police raise alarm on farmer's rights. Rural tradition. **The Washington Post**, 3 fev 1999.

[55] Monsanto Co., *Seed piracy update*. 2004

[56] DAVIS, Richard. *Don't save RR soybeans*. Carolina/Virginia farmer. Jun 2003.

[57] CHRISTOPHER, Leonard. Soybean-seed lawsuits pit farmers against biotechnology companies. Columbia (Missouri) Daily Tribune. 5 abr 2000. Disponível em http://www.biotech-info.net/soy-seed_lawsuits.html.

[58] Agricultor anônimo. Entrevista pelo telefone ao CSA em 5 out 2003.

[59] Toda a informação no Apêndice A: Ações judiciais registradas contra agricultores norte-americanos pela Monsanto, derivou-se de documentos judiciais do arquivo público (PACER: http://pacer.uspci.uscourts.gov) e entrevistas do CSA com agricultores e seus representantes legais.

[60] Ocasionalmente existiram exemplos de casos múltiplos listados contra o mesmo réu (s), por exemplo quando um caso foi removido para outro distrito ou estado por falta de jurisdição. Usando a abordagem mais tradicional calculamos cada processo desses como sendo um, para alcançar um número final de processos de 90. Contar cada caso de protocolos múltiplos ou afastamento de jurisdição como um processo elevaria o número total a 96. Todos os 96 processos estão incluídos no Apêndice A.

[61] Um processo, *Monsanto Co. v. Brandy et al* envolveu 27 réus no total, 24 agricultores e 3 empreendimentos. Mas isso foi uma anomalia, todos os outros processos registrados envolveram menos do que 10 réus.

[62] Em três casos, *Monsanto Company v. Anderson & Jones Inc., et al, Monsanto Co. v. Lea* e *Monsanto Co. v. Morlan,* o mesmo processo, ou similar, foi movido duas vezes no Eastern District of Missouri.

[63] Em *Monsanto Company v. Anderson & Jones Inc. et al,* a Monsanto entrou com dois processos no Eastern District of Missouri, em 1999 e 2000, respectivamente. Os dois processos foram rejeitados por causa da falta de jurisdição do tribunal sobre os réus. A companhia então entrou com um terceiro processo no Southern District of Texas em 2001. Com base nos dados disponíveis, apesar do terceiro processo não ter sido tecnicamente uma retirada de jurisdição, ele parece ser similar se não igual na natureza, aos dois primeiros

processos. Assim sendo, nos nossos cálculos do número total de processos movidos (90), decidimos contar conservadoramente os três processos *Monsanto Co. v. Anderson & Jones Inc.* como um só. Além disso, houve dois casos, *Monsanto Co. v. Lea* e *Monsanto Co. v. Morlan,* nos quais os réus puderam transferir a jurisdição para uma divisão diferente do Eastern District of Missouri, mas não para um distrito diferente em Missouri.

[64] Agricultor anônimo. Entrevista pelo telefone ao CSA em 24 set. 2003.

[65] U.S. Court of Appeals for the Federal Circuit, *Monsanto Company and Delta and Pine Land Company v. Dallas Thomason, David D. Thomason and Lucknow, Inc et al,* registrado em 22 jan.2002.

[66] Esses números não representam os ganhos monetários reais que a Monsanto recebeu como resultado desses processos; sentenças monetárias foram publicamente registradas em apenas 36 dos 90 processos movidos (http://pacer.uspci.uscourts.gov/). Nos 53 casos restantes, sabe-se que muitos terminaram em acordos, que provavelmente incluíram indenizações monetárias a Monsanto. É provável que também em alguns casos não tenha sido dado nenhum dinheiro a Monsanto.

[67] Segundo o USDA, a renda familiar média de agricultores era de US$65.757 em 2002. Ver em USDA, Agriculture Economy Improves in 2003, out 203.

[68] MELLON, Margaret e RISSLER, J. "Gone to seed: transgenic contaminants in the traditional seed supply." Union of Concerned Scientists. 24 fev 2004. Disponivel em:
http://www.ucsusa.org/food_and_environment/biotecnology/page/cfm?pageID=1315.

[69] Philosophical transactions: Biological Sciences, 358: 1439 (29/11/2003)

[70] Monsanto Co., Commitment to our stakeholders: 2001-2002 Monsanto Pledge Report, disponível em http://www.monsanto.com/monsanto/content/media/pubs/dialogue-pledge.pdf

[71] WARWIK, Hugh; MEZIANI, Gundula. Seeds of doubt: North American farmer's experiences of GM crops p. 47, Soil Association. 2002.

[72] O CSA não pode descrever os detalhes das histórias mais horríveis que descobriu por causa dos termos de privacidade que os agricultores assinaram nos acordos com a Monsanto.

[73] Para maiores informações sobre Percy Schmeister visite http://www.percyschmeister.com

[74] Para debate mais profundo sobre o caso, ver CHARLES, Daniel. *Lords of the harvest.* p.188-189, 2001.

[75] WEISS, Rich. Seeds of discord: Monsanto's gene police raise alarm on farmesr's rights. Rural Tradition. **The Washington Post.** A6, 03/02/1999.

[76] WEISS, Rich. Seeds of discord: Monsanto's gene police raise alarm on farmesr's rights. Rural Tradition. **The Washington Post.** A6, 03/02/1999.

[77] Suprema Corte do Canadá, disponível em http://percyschmeister.com/Council%20of%Canadians.htm

[78] Memo and Order. 06/07/2001.

[79] Reclamação. 01/11/2000.

[80] Memo and Order. 06/07/2001.

[81] Ibid.

[82] ibid.

[83] Monsanto Co., v. Hartkamp. 2001 WL 34079482 p.1

[84] NATHAN, Busch ª Jack and the beanstalk: property rights in genetically modified plants. Disponivel

em http://mipr.umn.edu/archive/v3n2/busch.pdf

[85] Muitos agricultores reconhecem os esforços dos atacadistas de sementes em avisar sobre as conseqüências de guardar /ou vender sementes da Monsant. Segundo um agricultor: "Agora você vê uma nota na porta quando entra em casa."

[86] Entrevista com agricultor anônimo ao CSA em 17/07/2003.

[87] Ver Beth Bundsdorfer-Gansmann. Farmer says seed dealer forgery led to legal battle with Monsanto. **Knight-Ridder Tribune.** 01/12/2002.

[88] Ver Beth Bundsdorfer-Gansmann. Farmer says seed dealer forgery led to legal battle with Monsanto. **Knight-Ridder Tribune.** 01/12/2002.

[89] SCHUBERT, Robert. Forgery issue important, says lawyer. **Crop Choice News.** 11/12/2002. Disponível em: http://cropchoice.com/leadstry.asp?recid=1188.

[90] UCHTMANN, Donald. Can farmers save Roundup Ready beans for seed? McFarling and Trantham cases say no. **Agricultural law update**. Out. 2002.

[91] Eugene Stratemeyer Motion for Class Certification, caso nr. 02-CV-505-MJR, p. 24.

[92] Entrevista ao CSA de agricultor anônimo em 06/11/2003.

[93] DAWSON, Ray e Luetta. Entrevista pelo telefone ao CSA em 21/08/2003.

[94] Agricultor anônimo. Entrevista ao CSA em 17/07/2003.

[95] Mc.FARLING, Homan. Entrevista pelo telefone ao CSA em 25/08/2003.

[96] U.S. Court of Appeals for the Federal Circuit. *Monsanto Co., v. Homan McFarling*. Decisão em 09/04/2004.

[97] SCHUBERT, Robert. Mississippi farmer gets big break from Appeals Court in Monsanto Biotech seed case. **Cropchoice.** 27/04/2004.

[98] SWANN, Hall. Entrevista pelo telefone ao CSA. 19/10/2003.

[99] Garantir a proteção dos agricultores da perseguição de patentes exigiria também que qualquer emenda à Lei de Patentes incluísse a cláusula de que patentes de genes de plantas não se estenderiam à proteção de patentes para as sementes ou plantas que contenham esses genes.Ver *Schmeister v. Monsanto,* nr. 29437, (Can. Sup. Ct. 21/05/2004).

[100] Tal exceção já foi dada para determinadas invenções de DNA recombinante. Ver 35 U.S.C. § 271 (e) (1).

[101] SmithKline Beecham Corp. 365 F.3d p. 1331.

[102] Monsanto Co., *2005 Technology User Guide*, p.17.

[103] Em 2001, North Dakota aprovou uma lei (House Bill 1442) que exige que detentores de patente que quiserem entrar na propriedade de um agricultor: (1) Deverão notificar o diretor de agricultura por escrito de que acreditam que tenha ocorrido violação de patente e incluir os fatos da acusação; (2) Deverão notificar o agricultor por escrito da acusação de que aconteceu violação de patente e pedir permissão escrita para entrar na propriedade do agricultor; e (3) Precisam obter a permissão por escrito do agricultor.

[104] Sob a lei (Indiana House Bill) 1571. 2003.

[105] O atacadista de sementes deverá notificar o agricultor e o diretor estadual de sementes com pelo menos 5 dias úteis de antecedência de que pretende entrar na propriedade. Esse aviso deve ter a data e a hora da

entrada, bem como sua intenção. O atacadista de sementes precisa permitir que o agricultor, o diretor de sementes, ou seus funcionários o acompanhem quando as amostras forem retiradas. O atacadista de sementes precisa permitir que o agricultor, o diretor de sementes, ou seus funcionários retirem amostras iguais as tiradas por ele.

[106] Isso é diferente do North Dakota Bill, onde os agricultores ainda precisam submeter-se à cláusula de seleção de fórum se violarem os remos de um contrato assinado. A legislação de North Dakota não permite as partes participar em mediação. A mediação precisa ser conduzida por um mediador escolhido conjuntamente pelo agricultor e pelo detentor da patente. Se as duas partes não conseguirem selecionar um mediador, a mediação deverá ser conduzida por um serviço independente de mediação agrícola.